

RECURSOS PRIVADOS PARA FINS PÚBLICOS
.....
AS GRANTMAKERS BRASILEIRAS



IGIFEI



Synergos

RECURSOS PRIVADOS PARA FINS PÚBLICOS

.....
AS GRANTMAKERS BRASILEIRAS

RECURSOS PRIVADOS PARA FINS PÚBLICOS

AS GRANTMAKERS BRASILEIRAS

Andres Pablo Falconer
e Roberto Vilela



The Synergos Institute



IGIFEI
GRUPO DE
INSTITUTOS
FUNDAÇÕES
E EMPRESAS



EDITORA
Peirópolis

© 2001 GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas

Realização: GIFE – Grupo de Institutos
Fundações e Empresas e
The Synergos Institute

Produção: Centro de Referência Patricia Bildner – CRPB

Coordenação geral: Sílvia Castelo Branco

Assistente: Cláudia Regina Cândido

Pesquisa: Andres Pablo Falconer
Roberto Vilela

Editora Fundação Peirópolis

Editora responsável: Renata Farhat Borges

Coordenação editorial: Rosania Pereira dos Santos

Preparação e revisão: Mineo Takatama

Projeto gráfico e capa: Walter Mazzuchelli

Editoração eletrônica: AGWM Artes Gráficas

Obs.: O GIFE e o Synergos não compartilham necessariamente os conceitos e opiniões expressos pelos pesquisadores nesta obra.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Falconer, Andres Pablo

Recursos privados para fins públicos : As grantmakers brasileiras /
Andres Pablo Falconer e Roberto Vilela. — São Paulo : Peirópolis :
Grupo de Institutos Fundações e Empresas, 2001.

Bibliografia.

1. Organizações sem fins lucrativos – Brasil
2. Recursos – Alocação
3. Terceiro setor – Brasil I. Vilela, Roberto. II. Título.

ISBN 85-85663-59-6

01-3293

CDD-361.706810981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Grantmakers : Bem-estar social 361.706810981

9 8 7 6 5 4 3 2 1 06 05 04 03 02 01
▲ ▲

Editora Fundação Peirópolis Ltda.

Rua Girassol, 128 – Vila Madalena

05433-000 – São Paulo – SP

Tel.: (55 11) 3816-0699 e fax: (55 11) 3816-6718

e-mail: editora@editorapeiropolis.com.br

www.editorapeiropolis.com.br

GIFE

O **GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas** é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que congrega instituições de origem privada que, de forma voluntária e sistemática, investem recursos privados – humanos, técnicos e financeiros – em projetos sociais. Sua missão é *aperfeiçoar e difundir os conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum*.

Primeira associação da América Latina a reunir organizações privadas com esse perfil, o GIFE iniciou suas atividades em 1989 como grupo informal e se institucionalizou em 1995, com a edição do seu Código de Ética e do primeiro estatuto.

Desde então, o GIFE contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações de origem empresarial e de outras entidades privadas que realizam investimento social.

www.gife.org.br

Synergos

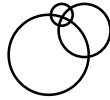
Com sede em Nova York, o **Synergos Institute**, uma organização sem fins lucrativos, trabalha com parceiros locais no combate à pobreza em diversas partes do mundo.

Juntos, investem no fortalecimento do capital humano, financeiro e social necessário para a criação de soluções sustentáveis para concretizar seus objetivos.

O Synergos e seus parceiros:

- fortalecem a capacidade e o potencial de impacto de fundações locais que angariam e aplicam recursos na área social;
- por meio de uma nova abordagem, “*bridging leadership*” – habilidade de criar pontes, conexões –, preparam líderes de diversos setores no enfrentamento de problemas sociais complexos;
- criam oportunidades de troca de experiências e de investimentos em iniciativas locais bem-sucedidas de combate à pobreza para filantropos comprometidos com o social.

www.synergos.org



The Synergos Institute

Board of Directors

Wanda Engel Aduan Federal Secretary for Social Assistance
Government of Brazil

Etienne Allard Portfolio Manager Cramer & Cie

Ravi Chhatpar Senior Associate ZEFER Corp.

Lance Dublin President and CEO Lance Dublin Consulting

Peggy Dulany Chair The Synergos Institute

Dorian S. Goldman President and Trustee Irving Goldman Foundation

Alexander Grashow Consultant

Nadine B. Hack President NBH Executive Consulting

Brian Henderson Vice Chairman Merrill Lynch Europe Middle East and
Africa, Chairman Emerging Markets Merrill Lynch

H. Peter Karoff Chairman The Philanthropic Initiative, Inc.

Maria Elena Lagomasino Co-Head, J.P. Morgan Global Private Bank
J.P. Morgan Chase & Co.

Cornelio Marchán President Esquel Foundation – Ecuador

Marcos Augusto de Moraes President B 4

Sithembiso Nyoni Founder and President Organisation of
Rural Associations for Progress

Richard D. Parsons Co-Chief Operating Officer AOL Time Warner

Kim Samuel-Johnson Director Samuel Group of Companies

S. Bruce Schearer President The Synergos Institute

Adele S. Simmons Vice Chair Chicago Metropolis 2020

James Sligar Partner Milbank, Tweed, Hadley & McCloy

Michael W. Sonnenfeldt President MUUS Asset Management Company

Michaela Walsh President Women's Asset Management



I GIFE | GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS | BRASIL |

Conselho Diretor – Gestão 1999/2002

Presidente Marcos Kisil (*Instituto Ayrton Senna*)
acumula a função de vice-presidente para Relações Internacionais

Vice-presidentes

Ana Maria Wilhelm Relações com o terceiro setor (*Fundação Abrinq*)
Francisco Azevedo Desenvolvimento comunitário (*Instituto Telemig Celular*)
João Roncati Relações com o primeiro setor (*Fundação Educar DPaschoal*)
Léo Voigt Nacionalização do GIFE (*Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho*)
Liu Fat Kam Educação e Saúde (*Fundação Romi*)
Luís Norberto Pascoal Relações com o segundo setor (*Fundação FEAC*)
Miguel Milano Meio Ambiente (*Fundação O Boticário*)
Ricardo Ribenboim Cultura (*Instituto Itaú Cultural*)

Conselho Político-Estratégico Antonio Carlos Martinelli (*Martinelli Cidadania Empresarial*)
Evelyn Berg loschpe (*Fundação Iochpe*)
Francisco B. Tancredi (*Fundação Kellogg*)
Jacques Marcovitch (*Universidade de São Paulo*)
Margarida Ramos (*Organizações Globo*)
Maria Clara Mariani (*Fundação Clemente Mariani*)
Miguel Jorge
Maria de Lourdes Villela (*Centro de Voluntariado de São Paulo*)
Neylar Coelho Vilar Lins (*Fundação Odebrecht*)
Renata Camargo Nascimento (*Instituto de Cidadania Empresarial*)
Viviane Senna (*Instituto Ayrton Senna*)

Conselho Fiscal Antonio Carlos Martinelli (*Martinelli Cidadania Empresarial*)
Elizabeth Kfuri Simão (*Fundação Otacílio Coser*)
Luiz Alberto Miraglia (*Fundação Esquel*)

Diretoria Executiva Rebecca Raposo

Agradecimentos

Os autores desejam expressar seus agradecimentos às inúmeras pessoas que contribuíram para este trabalho em diversas etapas, da sua concepção à coleta de dados e à análise final dos resultados. As conclusões são, em grande medida, resultado dessas colaborações.

Entre muitos nomes, cabem agradecimentos especiais a Peggy Dulany, Bruce Schearer, Shari Turitz, David Winder e Cindy Lessa, do Synergos Institute, e a Marcos Kisil, Rebecca Raposo e Judi Cavalcante, do GIFE. Boris Cornejo, da Fundación Esquel do Equador, Alejandro Natal, pesquisador do Centro Mexicano para la Filantropía (Cemefi), Stepan Toepler, da Universidade Johns Hopkins, Sérgio Haddad, Elizabeth Leeds, Francisco Tancredi, Célia Cruz, Leilah Landim e Michelle Mühringer também ofereceram contribuições decisivas para este trabalho.

Sumário

Apresentação	13
Introdução	15
O estudo	18
Que é uma <i>grantmaker</i> ?.....	20
Metodologia	24
O terceiro setor e o ambiente de atuação das <i>grantmakers</i>	27
O terceiro setor no Brasil.....	27
Ambiente legal	35
Grantmakers brasileiras: Um perfil	41
Características organizacionais.....	42
Prioridades de investimento	49
Recursos financeiros: origem e destinação	51
Perfil das doações e acesso aos recursos	59
Além da doação: projetos e parcerias	62
Conclusão	65
Bibliografia	73
Referências bibliográficas	73
Cadastros e diretórios impressos	74
Fontes eletrônicas	74
Diretório de organizações	75
Anexo 1 – Tabelas complementares	139
Anexo 2 – Questionário de pesquisa	153

APRESENTAÇÃO

■ No final de 1999 o GIFE firmava uma importante parceria com o Synergos Institute em virtude da interação de suas missões e seus objetivos. Desde então, o principal desafio dessa parceria – contribuir para o fortalecimento do setor do investimento social privado no Brasil – vem sendo cumprido e renovado com a realização de diversas iniciativas.

A soma de esforços entre o GIFE e o Synergos Institute consolida-se cada vez mais. A edição do estudo *Recursos privados para fins públicos: As grantmakers brasileiras*, primeiro produto editorial da parceria, é fruto deste processo.

A oportunidade de realização da pesquisa surge em um momento rico para ambas as organizações. O GIFE se fortalece como ator relevante no universo do investimento social privado no Brasil e vem se constituindo como uma organização que produz e dissemina conhecimentos sobre esse tema. Simultaneamente, impulsiona a relação com o Synergos Institute, que fortalece seus laços com o Brasil ao se aliar a um parceiro local que congrega mais de sessenta organizações que buscam soluções sustentáveis para os graves problemas que afetam a vida da população brasileira.

Este estudo vem somar-se aos demais publicados pelo GIFE sobre o investimento social privado e pretende contribuir para a compreensão e o consequente fortalecimento do setor e estimular o aprofundamento de pesquisas nessa área.

Marcos Kisil
Presidente do Conselho
GIFE

Peggy Dulany
Presidente do Conselho
Synergos Institute

INTRODUÇÃO

■ O Brasil tem presenciado nos dez últimos anos a emergência de um novo modelo de organização social, que configura um setor próprio, contraposto ao setor empresarial e ao Estado. Trata-se – na ausência de melhor denominação – de um “terceiro” setor, composto pelo conjunto de organizações privadas, sem fins lucrativos, de finalidade pública ou coletiva¹. Esse setor emergiu no Brasil de maneira similar à que ocorre tanto no mundo desenvolvido quanto nos países em desenvolvimento, caracterizando o que um estudioso identificou como uma “revolução associativa global”². É marcado pela diversidade das entidades que o formam e pelos papéis que estas desempenham. Organizações do terceiro setor prestam-se à manifestação de interesses, valores e crenças distintos, à execução de serviços, e como veículo de participação cidadã. A diversidade do terceiro setor é reflexo da própria pluralidade da sociedade e da sua capacidade de organização e expressão de solidariedade. “Organização não-governamental” (ou ONG), “organização sem fins lucrativos” ou, apropriadamente, “organização da sociedade civil” constituem algumas das denominações pelas quais são conhecidos os componentes do terceiro setor.

1. Definições de “terceiro setor” variam, mas a natureza jurídica *privada sem fins lucrativos* e o caráter de *interesse público* são os elementos comuns na maioria delas, que o situam entre o *público* e o *privado*.

2. Lester Salamon, “The rise of the nonprofit sector”. *Foreign Affairs*, vol. 73, nº 4, 1994.

Se bem o terceiro setor se caracterize pela negação da lógica do Mercado e do Estado, ele recorre a esses dois setores para obter uma parte significativa dos seus recursos financeiros, gerando situações de colaboração, dependência e mesmo de subordinação. Entre as fontes de recursos do terceiro setor estão fundos públicos repassados para executar funções que usualmente cabem ao Estado, geração de receita própria por meio da venda de serviços a associados ou outros públicos e doações de empresas e de indivíduos. Uma parcela dos recursos do terceiro setor provém ainda de outras organizações do próprio terceiro setor: as organizações sem fins lucrativos doadoras, ou *grantmakers*.

Recursos privados para fins públicos: As grantmakers brasileiras é um estudo que trata de um dos segmentos mais familiares do terceiro setor, mas que, até o presente, não foi objeto de análise específica: o conjunto das organizações privadas, sem fins lucrativos, de origem nacional, que doam recursos para programas e projetos de interesse social. Conhecidas em inglês como *grant-makers*, representam uma parcela do terceiro setor de alta visibilidade pública, continuamente cortejada pelas demais instituições sem fins lucrativos pelo seu papel de fomento financeiro. No Brasil, essa categoria de organizações é por vezes confundida com as iniciativas sociais promovidas por empresas ou suas fundações. Ao contrário da maioria das organizações sem fins lucrativos, que, de maneira geral, vivenciam crises permanentes de sustentabilidade financeira, essas organizações encontram-se em posição de relativo conforto no âmbito financeiro e, como doadores, desempenham um importante papel na sustentação do terceiro setor. As *grantmakers* frequentemente têm relações estreitas com grupos que representam uma elite econômica nacional e internacional, como empresas e empresários, governos, religiões organizadas e outros atores sociais. Por ocuparem essa posição privilegiada, as organizações doadoras acabam se destacando no protagonismo da definição da agenda do terceiro setor, na interlocução com o Estado e com as demais organizações sem fins lucrativos.

É pressuposto básico entre estudiosos do terceiro setor que, para que a sociedade civil de um país encontre nesse setor um canal de participação e de diálogo com os outros dois setores – Estado e Mercado –, ele deve desenvolver sua capacidade própria de geração de recursos, independentemente dos outros setores e de fontes internacionais. Por essa lógica, a existência de um sub-setor de *grantmakers* nacionais, auto-sustentáveis e autônomas, é um dos melhores indicadores da vitalidade do terceiro setor brasileiro. É razoável supor que as origens e os valores, os interesses e os vínculos das organizações financiadoras estejam refletidos nas políticas, nas diretrizes e nas normas aplicadas às suas decisões sobre o investimento na área social e terminem por

exercer influência sobre as próprias organizações sem fins lucrativos que nelas buscam recursos para seus projetos e programas. Com o crescimento do terceiro setor em dimensão e em importância observados no Brasil, faz-se necessário, portanto, conhecer o perfil dessas organizações financiadoras para compreender o próprio terceiro setor.

Para que exista um terceiro setor forte, ativo e independente, é indispensável um subsetor de *grantmakers* igualmente forte, ativo e independente.

No passado, as organizações sem fins lucrativos brasileiras financiadoras de projetos de interesse público não mereceram atenção específica, o que dificulta o conhecimento de seu perfil e de seu impacto de atuação. Até hoje, as instituições financiadoras foram estudadas apenas como fontes de recursos para o terceiro setor e não como componentes em si desse setor. A maior parte desses estudos teve a finalidade de produzir diretórios e cadastros de financiadores, notadamente para serem usados por quem busca dinheiro para seus projetos. Esses estudos apresentam, indistintamente, organizações internacionais ou as suas representações brasileiras, empresas nacionais e multinacionais, no Brasil e no exterior, agências de governo e entidades bilaterais e multilaterais que concedem doações e financiam projetos.

O próprio terceiro setor é ainda extremamente carente de estudos e pesquisas no país e pouco se sabe do seu perfil e de seu impacto. Acredita-se que esse setor esteja em franco crescimento, como pode-se notar pelo volume dos recursos que movimenta e que aumenta ano após ano, mas essas afirmações são geralmente feitas com base apenas em opiniões qualificadas ou levantamentos empíricos parciais. O conhecimento do setor é limitado e ainda está povoado por mitos e crenças sem comprovação suficiente.

Alguns dos mitos do terceiro setor, no tocante às *grantmakers*, são abordados e discutidos neste estudo. O primeiro deles é a idéia de que simplesmente não existem *grantmakers* brasileiras. Esse mito baseia-se na falsa crença, disseminada pela mídia, de que as organizações não-governamentais do país são financiadas especialmente com recursos internacionais. Esse argumento é usualmente utilizado para deslegitimar a atuação das ONGs no país e acaba por caracterizá-las como voltadas a interesses estrangeiros. Segundo outro mito, não haveria outras organizações financiadoras genuinamente brasileiras além das novas entidades de origem empresarial – as fundações e institutos de empresas – que atuam como “braço social” das suas instituidoras. A emergência do movimento de responsabilidade social no meio de negócios, ou a “cidadania empresarial”, tem reforçado essa percepção nos últimos anos.

Outra opinião freqüentemente ouvida no âmbito do terceiro setor brasileiro é que o financiamento de entidades e de projetos sociais por meio de doações seria uma forma obsoleta – por ser assistencialista e amadorística – de atuação social, que deveria ser substituída por modelos mais modernos de “investimento social”, baseados em idéias como parcerias e alianças estratégicas. Esse pensamento prospera notadamente nas organizações de origem empresarial, mas também começa a permear o terceiro setor brasileiro como um todo. Se, por um lado, novos conceitos estão substituindo formas paternalistas e ineficazes de atuação social, com maior preocupação por eficiência de resultado e sustentabilidade, por outro, obscurecem a verdadeira idéia de doação, que não é sinônimo, necessariamente, de “dar o peixe em lugar de ensinar a pescar”.

Este estudo começa a fechar a lacuna de conhecimento das organizações sem fins lucrativos brasileiras que financiam projetos sociais, jogando luz sobre seu perfil, suas prioridades de investimento, suas formas de atuação, e sobre a origem de seus recursos, diferenciando as “*grantmakers* brasileiras” de outras fontes de recursos do terceiro setor. Esta publicação está organizada em quatro capítulos: o primeiro capítulo – introdução – apresenta a proposta de pesquisa, seus objetivos e metodologia, e define o objeto estudado, as organizações doadoras, ou *grantmakers*. O segundo capítulo apresenta o contexto amplo de atuação das *grantmakers* no Brasil, incluindo o perfil do terceiro setor no país e o seu ambiente legal. Discute-se especialmente, ao longo dos primeiros dois capítulos, a pertinência do conceito de *grantmaker* no país. O terceiro capítulo revela as características das *grantmakers* brasileiras, com base na análise dos dados coletados no levantamento de campo realizado. O quarto capítulo sintetiza as conclusões e propõe uma agenda de futuro para as instituições doadoras do Brasil. Seguem a bibliografia utilizada no estudo, com referências a outros cadastros existentes para consulta, um diretório com os perfis individuais resumidos das organizações que participaram do levantamento e tabelas estatísticas adicionais, que completam o retrato das *grantmakers* brasileiras.

O estudo

.....

■ Duas organizações que têm por missão promover a filantropia e o investimento social privado uniram-se para realizar este estudo: uma brasileira, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), e outra, internacional, o Synergos Institute. A primeira conta com as principais fundações e institutos

e empresariais brasileiros entre seus associados e tem-se destacado no país pela produção e pela disseminação de conhecimento sobre o terceiro setor, notadamente em sua vertente de raiz empresarial, e a segunda tem ampla experiência na realização de estudos e pesquisas aplicadas nos cinco continentes em que está presente.

O estudo das *grantmakers* no Brasil faz parte de uma pesquisa comparativa sobre este tema realizada pelo Synergos Institute em diversos países, dentre os quais duas nações latino-americanas: Equador e México³. Os levantamentos feitos nesses países adotam metodologia e instrumental de pesquisa comuns e produziram informações que, embora sensíveis à especificidade de cada país, permitem a comparação qualitativa e quantitativa dos resultados entre eles. Outros países devem ser gradativamente incorporados ao projeto mais amplo de pesquisa sobre *grantmakers*, e o levantamento poderá ser repetido nos próprios países, permitindo o acompanhamento da evolução da atuação dessas organizações no tempo.

A pesquisa visa:

- identificar o conjunto de organizações sem fins lucrativos de origem doméstica que financiam, por meio de doações, programas e projetos de interesse público;
- situar esse subsetor no contexto do terceiro setor brasileiro e no ambiente amplo onde este se insere;
- retratar e dimensionar esse conjunto de organizações por meio de análises estatísticas agregadas e pela elaboração de perfis organizacionais.

Embora um dos produtos da pesquisa seja a geração de um perfil organizacional de cada *grantmaker* mapeada, o estudo não se propõe ser um novo diretório de entidades financiadoras para ser utilizado por quem busca recursos para seu projeto ou instituição. Sua utilidade para esse propósito é limitada, visto que não se pretendeu identificar todas as instituições que financiam projetos sociais, mas apenas aquelas que se encaixam na definição adotada de “*grantmakers* brasileiras”, discutida a seguir. Para essa finalidade de consulta, existem outras publicações e diretórios disponíveis, que foram também utilizados como referência nesta publicação⁴. A eles deve reconhecer o leitor que busca captar recursos para seus projetos.

3. No Equador, o trabalho é coordenado por Boris Cornejo, da Fundación Esquel, e no México, por Alejandro Natal, do Colegio Mexiquense, em parceria com o Centro Mexicano para la Filantropía (Cemefi).

4. Nas referências bibliográficas deste trabalho estão compilados os cadastros e os diretórios de financiadores disponíveis para consulta no país.

Que é uma grantmaker?

■ O conceito de *grantmaker*, segundo o referencial teórico adotado neste estudo, refere-se às organizações que compartilham as características descritas abaixo:

- *São privadas e sem fins lucrativos*, ou seja, não fazem parte do Estado nem do Mercado, mas do chamado terceiro setor.
- *Oferecem doações*; essa atividade não deve ser realizada em bases comerciais, mas ter como beneficiário outras organizações sem fins lucrativos ou indivíduos.
- *São autônomas*, isto é, formalmente independentes e capazes de determinar suas próprias decisões, mesmo que financiadas por terceiros, até mesmo de outros setores.
- *São controladas e operadas no país*, ainda que captem recursos no exterior⁵.

Para definir o que é propriamente uma organização “brasileira”, em comparação com uma internacional, convencionou-se que deve ter um conselho ou diretoria constituída legalmente e com autonomia e não depender, para as suas decisões, de instâncias superiores situadas em outro país. Adicionalmente, reforça o caráter brasileiro da organização o fato de mobilizar recursos gerados no próprio país (como no caso de uma fundação de empresa multinacional que investe uma parcela de receita gerada no Brasil por sua mantenedora), embora, como se verá no capítulo 3 (página 43), haja organizações nacionais financiadas majoritariamente por fontes estrangeiras.

As características acima restringem o objeto de estudo a um conjunto limitado de organizações e excluem um número significativo de fontes de financiamento do terceiro setor:

5. No estudo do Synergos Institute realizado em países asiáticos em 1998, empregou-se o conceito de *Civil Society Resource Organization (CSRO)*, que pode ser traduzido como “organização de recursos da ou para a sociedade civil”, indicando o seu caráter duplo: fazem parte da sociedade civil e também a financiam. Da forma com que foi utilizado na Ásia, o conceito de CSRO é mais abrangente do que o utilizado aqui, que inclui também organizações que concedem crédito reembolsável a indivíduos e organizações. Apontou-se que os instrumentos financeiros da doação e do crédito são conceitualmente distintos, além de serem praticados, no Brasil, por organizações também de natureza distinta entre si. Portanto, após consulta, decidiu-se que o foco seria delimitado na doação.

- *Empresas*: mesmo que estas tenham programas próprios de investimento social, são excluídas por não serem organizações do terceiro setor.
- *Governo*: no Brasil, como praticamente em todo o mundo, o governo tem um papel importante na sustentação financeira do terceiro setor, mediante diferentes instrumentos de financiamento. Repasses e dotações “a fundo perdido” constituem um desses instrumentos. Organizações governamentais, entretanto, não são estudados aqui pelo motivo anteriormente citado: não pertencem ao terceiro setor.
- *Organizações internacionais*: alguns dos mais importantes financiadores de projetos sociais são entidades internacionais de origem governamental (Sida, Fundação Interamericana), empresarial (GE Fund), ou independente (W. K. Kellogg Foundation, MacArthur Foundation). Não são organizações brasileiras; portanto, não são estudadas neste trabalho.
- *Operadores de projetos e programas*: são organizações que optam exclusivamente por gerir diretamente suas atividades sociais, ou operam instituições próprias – como creches e escolas – em lugar de financiar a atividade de terceiros. Não são, portanto, *grantmakers*.
- *Outras formas de financiamento*: o estudo de *grantmakers* propunha-se identificar formas alternativas de financiamento de projetos sociais, como microcrédito ou empréstimos realizados em bases não-comerciais. Elas foram levantadas, mas são incluídas no estudo apenas se as organizações que as realizam também concedem doações⁶.

Inúmeras organizações situam-se em “zonas de fronteira” ou têm perfis mistos. Muitas delas, embora sem fins lucrativos, foram instituídas e são mantidas por empresas, que operam como seus braços sociais. Há casos em que a dependência da empresa é umbilical, apesar da existência jurídica distinta. Observou-se também uma realidade dinâmica nas organizações: duas empresas, Itaú e Xerox, de início administraram diretamente seus programas sociais, que, posteriormente, ganharam autonomia mediante a criação de uma fundação e um instituto⁷. Optou-se no estudo pelo critério da autonomia

6. Considerou-se que os instrumentos financeiros da doação e do crédito são conceitualmente distintos e, portanto, ao contrário do estudo anterior realizado na Ásia, não foram estudados

7. Uma das organizações, denominada Fundação Itaú Social, não foi estudada por não encontrar-se ainda em operação no momento da realização do levantamento de campo.

formal: se uma fundação ou instituto de origem empresarial é juridicamente constituída como sem fins lucrativos e tem conselho ou diretoria própria, é incluída no estudo.

Da mesma forma, observou-se, ao longo do tempo, uma mudança de orientação de algumas organizações: no caso mais notável, uma das maiores instituições doadoras, a Fundação Banco do Brasil, tomou a decisão de não mais atuar por meio de doações e passou a operar mediante parcerias e outras formas de atuação mais diretas.

Algumas organizações doadoras internacionais, como as fundações Ford, Kellogg e MacArthur, têm escritórios próprios no país, porém não gozam de autonomia plena de decisão nem têm conselhos diretivos independentes. Operam, na prática, como filiais de organizações sediadas em outros países. Por esse motivo foram excluídas do estudo. Há casos híbridos, como o Instituto Ayrton Senna, que opera no Brasil, mas foi inicialmente instituído como fundação na Inglaterra; a Vitae, associação brasileira criada a partir de uma fundação instituída em Liechtenstein; ou, ainda, o Instituto WCF–Brasil, entidade autônoma afiliada à World Childhood Foundation, instituída pela rainha da Suécia, que conta com um conselho diretivo no Brasil. Esses casos de fronteira são incluídos na pesquisa, assim como as entidades sem fins lucrativos criadas no país por empresas multinacionais, como o Instituto Xerox e o Instituto C&A⁸.

A experiência brasileira apresenta uma maioria de casos em que ocorreram tanto as funções de doação como as de operação de projetos. Em alguns casos difíceis de classificar, a forma de atuação da organização é descrita por expressões como “parceria” ou “apoio a projetos”, que obscurecem a diferença entre uma relação de financiamento e uma de operação conjunta. Todos os casos foram analisados individualmente com o propósito de identificar a existência de um componente significativo de doação nas atividades das organizações.

Entre outras formas de financiamento identificadas, merecem destaque os prêmios, como o prêmio Itaú-Unicef *Educação e Participação*, concedido por essas instituições, com o apoio técnico de uma ONG, o Cenpec. A premiação em dinheiro é uma iniciativa assemelhada a um “grant”, ou uma doação, a que se soma o reconhecimento público que confere ao projeto premiado, mas, no

8. Optou-se, nos casos de fronteira, por um enfoque inclusivo: para melhor compreender a dinâmica das *grantmakers* no Brasil, foram inseridas na pesquisa muitas das organizações caracterizadas como híbridas.

exemplo citado, não resulta de uma organização que se enquadra nos requisitos do estudo. Bolsas são outro instrumento assemelhado. Bolsas de pesquisa oferecidas a indivíduos e organizações por órgãos governamentais como Fapesp, Finep, Capes e CNPq também representam um importante componente de financiamento do segmento do terceiro setor dedicado à produção e à disseminação de conhecimento.

A exclusão dessas importantes fontes de recursos do terceiro setor não é arbitrária, mas, como se viu, está de acordo com o objetivo da pesquisa, que está voltado ao estudo do desenvolvimento da capacidade de financiamento do terceiro setor brasileiro.

A pesquisa não se limita ao estudo das organizações constituídas juridicamente como fundações – a forma mais comum de doador sem fins lucrativos – porque, no Brasil, apenas uma minoria delas são, de fato, doadoras de recursos, e todas as doadoras tampouco assumem a forma jurídica de fundação. Esse fato contrasta com o modelo norte-americano de *grantmaking foundation*: as organizações sem fins lucrativos doadoras daquele país são, via de regra, fundações.

O uso das expressões *grant* e *grantmaker* em lugar de (e, às vezes, ao lado de) traduções possíveis como “doação” e “instituição doadora” justifica-se pela insuficiência da noção de doação para descrever o objeto. No uso corrente no Brasil, o termo “doação” está associado a uma idéia de caridade, que não se distancia da esmola, ou à doação feita para o pedinte, que perpetua uma relação de dependência. A acepção atual do conceito de *grant* (que se traduz como “concessão”, “legado”, ou mesmo como “doação”) consolida-se historicamente nos Estados Unidos no começo do século XX, com a organização e a profissionalização da filantropia privada e o nascimento das fundações doadoras naquele país. *Grants* estão mais claramente associadas à idéia de mérito e relevância social da ação financiada, e normalmente são concedidas por meio de processos competitivos abertos. A postura assistencialista da doação é substituída pela transformação da realidade social mediante o financiamento de projetos.

Em anos recentes, a organização da filantropia no mundo tem gerado o surgimento de novas formas de relação entre financiadores e financiados que se distanciam do modelo tradicional da *grantmaking foundation*. O esquema apresentado a seguir propõe um modelo de tipos de relação de doação que leva em conta, por um lado, a postura de receptividade da organização a solicitações de financiamento e, por outro, a iniciativa na busca de propostas.



O eixo vertical diferencia as instituições que estão abertas a pedidos de financiamento em relação às fechadas, e o eixo horizontal distingue as entidades que buscam ativamente projetos e programas daquelas que aguardam passivamente a chegada de solicitações para então reagirem a elas. As *grantmakers* clássicas combinam a postura aberta e reativa: seu papel limita-se a receber propostas e selecionar as mais meritórias para serem financiadas, com nenhuma ou mínima interferência na implementação dessas ações.

A nova filantropia, especialmente a relacionada ao mundo empresarial, tende a adotar uma postura mais ativa: fecha-se para o recebimento de solicitações e escolhe-as diretamente, assumindo uma posição de doador ativo. Há casos em que os financiadores combinam as duas posturas: são ativas, porém, também, abertas para o recebimento de solicitações.

Metodologia

■ Nesta seção, resumem-se a metodologia empregada e as etapas de realização do trabalho que resulta nesta publicação.

Levantamento bibliográfico

Para a elaboração do marco conceitual da pesquisa e a contextualização dos dados de campo, o estudo principiou pelo levantamento e pela análise de bibliografia sobre *grantmakers* e financiadores. As fontes bibliográficas incluem

relatórios de estudos de *grantmakers* do Synergos Institute na Ásia, diretórios e cadastros de organizações, bem como literatura sobre fundações, filantropia e sobre o terceiro setor em geral.

Mapeamento de organizações

A identificação e consolidação de fontes de informação sobre organizações financiadoras foi realizada por meio de consulta a cadastros e diretórios impressos e eletrônicos, bem como a outras fontes, como listas de membros de entidades associativas. Procurou-se expor a pesquisa entre especialistas mediante sua divulgação em meios especializados e sua apresentação em seminários⁹. Os dados consolidados de cadastros foram depurados, segundo os critérios expostos na seção anterior, por meio de consultas às próprias organizações ou a especialistas, quando necessário.

Adaptação de instrumentos

Os instrumentos de pesquisa e o plano de análise desenvolvidos pelo Synergos Institute foram traduzidos, adaptados e validados para a realidade brasileira. O diálogo com especialistas, a consulta a fontes bibliográficas e a outros estudos (especialmente o Censo GIFE – *Investimento social privado no Brasil: Perfil e catálogo dos associados GIFE*, levantamento realizado simultaneamente a esta pesquisa) permitiram o refinamento do foco e o aprimoramento do instrumental de pesquisa.

Levantamento de campo

Foram enviados questionários a cerca de noventa organizações identificadas como potenciais *grantmakers*. O envio foi seguido de telefonemas de acompanhamento e de agendamento de visitas ou de entrevistas telefônicas para o aprofundamento de casos que se mostravam particularmente ilustrativos. Foram realizadas visitas de campo a organizações das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Novas organizações foram identificadas nessa fase por indicação daquelas já contatadas.

Análise qualitativa e quantitativa

A verificação da consistência dos dados foi sendo realizada à medida que os questionários eram coletados. Quando necessário, dados eram confirmados ou

9. O estudo foi apresentado em quatro ocasiões antes de sua publicação: no Congresso Nacional sobre Investimento Social Privado do GIFE (Vitória, 10/2000), na 29ª Conferência da Arnova (Nova Orleans, 11/2000), no Synergos Institute (Nova York, 11/2000), e em um seminário que reuniu os pesquisadores do Brasil, Equador e México (São Paulo, 12/2000); os resultados do estudo foram compartilhados, em diversas etapas, com especialistas do terceiro setor ligados à academia e a organizações sem fins lucrativos.

aprofundados mediante novos contatos. Os questionários foram digitados e tabulados em um banco de dados e geraram estatísticas agregadas e recortes de acordo com as categorias determinadas pelo estudo comparativo, ao mesmo tempo que foram definidos novos recortes relevantes para a realidade brasileira.

Validação

Procurou-se em cada etapa do estudo obter a contribuição de especialistas e de públicos interessados para assegurar a validade dos resultados, bem como para disseminar o estudo para o público mais amplo.

Próximas etapas: ampliação e comparação internacional

A validação e comparação internacional dos resultados brasileiros do estudo global sobre *grantmakers* constitui uma etapa imediatamente posterior à conclusão deste relatório. A possibilidade de realizar novos estudos no futuro, com metodologia e conceitos semelhantes aos aqui empregados, permitirá acompanhar a evolução do terceiro setor e, em particular, das organizações financiadoras.

O TERCEIRO SETOR E O AMBIENTE DE ATUAÇÃO DAS GRANTMAKERS

O terceiro setor no Brasil¹⁰

.....

■ Se bem o uso de expressões em inglês como *grantmaker* ou a própria noção da existência de um conjunto autóctone de organizações doadoras possam parecer estranhos à realidade brasileira, a idéia mesmo de um “terceiro setor”, que se diferencia de outros dois “setores” – Estado e Mercado –, é também absolutamente nova no país e enfrentou resistência até receber aceitação, ainda que parcial. A expressão tem pouco mais de duas décadas de vida e seu uso se generalizou no país há menos de cinco anos.

O termo “terceiro setor” pode ser inédito no Brasil, mas o fato a que se refere não o é em absoluto. Não se trata propriamente de um setor novo, mas de algo que tem raízes tão antigas quanto a presença portuguesa na América. Conceitos e expressões são importados do mundo desenvolvido, particularmente dos Estados Unidos, mas os elementos desse setor estão presentes, e a

10. As principais fontes de consulta utilizadas para essa breve visão de desenvolvimento histórico do terceiro setor são: Leilah Landim, “Defining the nonprofit sector: Brazil” (*working paper* do Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project. Baltimore: Johns Hopkins University, 1993); Rubem César Fernandes, *Privado porém público: O terceiro setor na América Latina* (Rio de Janeiro: Relume Dumará/Civicus, 1994); e Lester Salamon e Helmut Anheier (eds.), *The nonprofit sector in the developing world: A comparative analysis* (Manchester: Manchester University Press, 1998), além do estudo do autor, *A promessa do terceiro setor* (dissertação de mestrado, São Paulo: FEA-USP, 1999).

sua cultura é familiar, embora seja nova a proposição de considerar que eles compõem um único setor com características comuns.

O terceiro setor tem sido definido de diferentes formas, mas, internacionalmente, tende a ser conceituado como o conjunto de organizações privadas, sem fins lucrativos, que atendem a finalidades públicas ou coletivas¹¹. No tratamento corrente dado pelos meios de comunicação brasileiros, terceiro setor tem sido usado como sinônimo de uma esfera de ação social privada, freqüentemente associada às organizações não-governamentais (ONGs) e às entidades filantrópicas e assistenciais, mas também à responsabilidade social empresarial. A expressão convive e se confunde com outras, entre as quais estão o próprio termo ONG e *organização da sociedade civil* (OSC). Esses termos, mais do que conceitos precisos, representam identidades compartilhadas de grupos de organizações. Embora tenham sentidos semelhantes, cada um deles ressalta características específicas e são adotados por grupos distintos. ONG, por exemplo, é expressão originária da comunidade internacional de agências de cooperação e desenvolvimento e foi inicialmente adotada no Brasil pelo conjunto de organizações financiadas por elas. Hoje, o rótulo ONG é também usado para identificar as organizações membros da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong). Terceiro setor, por sua vez, foi primeiramente utilizado no país pelas fundações e pelos institutos de origem empresarial e ainda encontra-se identificado a elas, embora, conceitualmente, não se refira apenas a essa esfera.

As origens remotas do terceiro setor no Brasil podem reportar-se à presença da Igreja Católica, que aportou com os primeiros colonizadores portugueses. A Igreja constituiu as primeiras redes de serviços assistenciais (as santas casas de misericórdia) e as primeiras associações (ordens, irmandades) paralelas à organização do Estado. Entretanto, como inexistiu separação formal entre Estado e Igreja até a proclamação da República, em 1889, não tem sentido referir-se a essas entidades como formadoras de um terceiro setor antes daquele ano, mas elas formam a principal base em que o setor se assenta até os dias atuais.

Outras origens mais recentes podem ser encontradas na organização solidária dos imigrantes europeus e das classes trabalhadoras urbanas, que, a partir

11. Uma definição mais precisa, utilizada internacionalmente, foi proposta por Salamon e Anheier como base para a pesquisa comparativa internacional da Universidade Johns Hopkins: terceiro setor é o setor composto por organizações que compartilham as seguintes características: (1) privadas, (2) formais, (3) sem fins lucrativos, (4) autônomas e (5) voluntárias. (Lester Salamon e Helmut Anheier, in: "Search of the non-profit sector I: The question of definitions". *Voluntas*, vol. 3, nº 2, 1992.)

do fim do século XIX, trouxeram de seus países ideologias políticas e tradições de associação e de ajuda mútua, formando beneficências, montepios, cooperativas e sindicatos.

A primeira possibilidade de criação de uma identidade comum de uma “terceira esfera”, independente do Estado e das empresas privadas, foi gerada com o surgimento das ONGs. Essas organizações forjam a sua identidade nos anos 70, com a emergência dos novos movimentos sociais e do trabalho “de base” de grupos ligados a igrejas cristãs e organizações ecumênicas nacionais e internacionais. As ONGs caracterizam-se, na origem, pelo seu caráter progressista e participativo, pela negação do assistencialismo, mais do que pelo financiamento internacional de suas ações. Seus vínculos com organizações e governos internacionais, bem como com a forte Igreja Católica, levaram-nas a serem toleradas pelo regime autoritário vigente e tornaram-se um dos redutos de oposição no período militar que se iniciou em 1964.

O restabelecimento do Estado de direito a partir de 1985 e a promulgação da Constituição de 1988 geraram mudanças significativas para os setores organizados da sociedade civil brasileira: se, por um lado, a redemocratização tirou as ONGs da semiclandestinidadade em que se encontravam, por outro, eliminou uma das principais razões de sua existência, segundo a comunidade financiadora internacional: a luta contra o regime repressivo¹². O foco de sua atuação deveria mudar, seus oponentes se tornariam menos tangíveis, mas estava criado o espaço para o florescimento de uma sociedade civil pluralizada e o surgimento de novas formas de representação: desde entidades de base, grupos de interesse, conselhos e fóruns, passando pelos novos movimentos sociais ambientais e de direitos humanos, associações criadas para todos os propósitos, até a organização da filantropia e dos interesses empresariais.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92) pode ser considerada o momento de maior projeção das organizações não-governamentais no Brasil: um fórum paralelo às atividades oficiais reuniu cerca de 9.000 ONGs de 167 países¹³. A partir da conferência, a mídia e o grande público despertaram para esse novo setor. Esse despertar altera ares de otimismo, perplexidade e alguma desconfiança. A “Campanha do Betinho” (Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida) foi o

12. André L. Fischer e Rosa Maria Fischer, “O dilema das ONGs”. *Anais do 18º Enanpad*. Curitiba: Anpad, 1994.

13. Carrie Meyer, *The economics and politics of NGOs in Latin America*. Westport Praeger, 1999.

movimento que simbolizou melhor esse novo engajamento da sociedade civil nas questões sociais e especialmente no combate à pobreza nos anos 90.

Em 1995, quando um grupo de trabalho sobre “cidadania empresarial”, organizado em torno da Câmara de Comércio Brasil–Estados Unidos em São Paulo (Amcham), formaliza-se como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o termo “terceiro setor” passou a ganhar notoriedade. Embora surja da iniciativa empresarial, o GIFE levanta a bandeira mais ampla do terceiro setor e da “sociedade civil organizada”.

Durante anos, as vertentes ONG e empresarial seguem caminhos paralelos, estranhando-se mutuamente, como águas de rios que se encontram sem misturar-se. De fato, esses dois importantes componentes da sociedade civil brasileira são manifestações de interesses e valores distintos que durante anos foram aparentemente irreconciliáveis: as elites empresariais e os excluídos da sociedade. Mas o novo momento político trouxe mudanças. O comprometimento e a qualidade das iniciativas sociais promovidas por empresas e suas fundações, assim como o abrandamento da postura de oposição intransigente das ONGs, têm levado a uma gradual convergência e a uma mistura de identidades entre esses mundos. Ainda é fácil notar as diferenças que separam um mundo do outro, mas pontes estão sendo construídas, e há maior disposição para colaboração do que no passado.

O impulso que o movimento da “cidadania”, “filantropia” ou “responsabilidade social” empresarial tomou nos últimos anos foi decisivo para a constituição de um setor autóctone de organizações doadoras, mas ele também introduziu novos elementos na forma de atuação no campo do social que se afastam do modelo tradicional da organização doadora ou *grantmaker*. As empresas e suas fundações trouxeram conceitos inovadores de filantropia estratégica, investimento social e formas de relacionamento como alianças estratégicas e parcerias em lugar do simples financiamento a fundo perdido ou doação.

No Brasil, a relação das organizações da sociedade civil com o Estado passa por distintos estágios históricos, caracterizados pela tentativa de sucessivos governos de subordinar segmentos organizados da sociedade à tutela do Estado e reprimir setores considerados “perigosos” à ordem e aos seus interesses. A alternância entre controle e repressão tem sido constante desde a origem do Estado brasileiro, mas o período do Estado Novo (1932-1945) foi pródigo na criação de estruturas de mediação das relações entre a sociedade civil e o Estado, que, muitas vezes, tomavam o espaço de organizações associativas já existentes. A criação (e tutela pelo Estado) de sindicatos, associações de classe, institutos de pensão, entidades federativas que representassem interesses

comerciais e industriais, prestadores de serviços sociais e de formação profissional ilustra bem esse período. Persistem até os dias atuais inúmeros exemplos de organizações “paraestatais”, formalmente privadas, mas criadas e financiadas pelo poder público, que muitas vezes utilizam-se de modelos de gestão compartilhada (tripartite) entre o Estado, as representações de trabalhadores e as da indústria ou do comércio.

Curiosamente, o plano de modernização da administração pública proposto pelo atual governo federal retoma, com verniz gerencial modernizante, a figura paraestatal por meio do modelo das “organizações sociais”: uma figura jurídica privada, sem fins lucrativos, responsável pela provisão de bens e serviços públicos considerados “não-exclusivos” do Estado. Mediante a transformação de órgãos públicos em organizações sociais – processo denominado “publicização” –, espera o governo beneficiar-se das qualidades positivas freqüentemente atribuídas ao terceiro setor, como o maior controle social e eficiência¹⁴.

A cooperação ou assistência internacional, fonte comum de financiamento de muitas ONGs brasileiras, ao contrário do que ocorre em muitos países em desenvolvimento menores e menos industrializados do que o Brasil, tem um peso econômico insignificante no tocante às contas nacionais¹⁵. Mas esse peso é sentido de forma mais do que proporcional aos recursos investidos na relação dos financiadores internacionais com as organizações da sociedade civil pela capacidade que têm tido de influenciar a agenda pública e do terceiro setor em temas como preservação do meio ambiente, combate à Aids e erradicação do trabalho infantil, entre outros. Além da cooperação internacional oficial, algumas organizações privadas, como as fundações Ford e Kellogg, por meio de suas políticas focadas de apoio a projetos, instituições e líderes, têm contribuído para o fortalecimento da sociedade civil. Organizações internacionais têm financiado algumas das mais atuantes e notórias ONGs do país, e ONGs internacionais têm-se envolvido diretamente em ações de mobilização, contribuindo para a criação da imagem do terceiro setor como primordialmente financiado do exterior.

14. Para mais informação sobre as organizações sociais e o plano de reforma do Estado, ver BRASIL, *Organizações Sociais*, série *Cadernos Mare da Reforma do Estado*, nº 2, Brasília: Mare, 1998, e BRASIL, *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*, Brasília: Mare, 1995.

15. A assistência internacional ao Brasil representou menos de 0,01% do produto interno bruto (PIB) (comparada a 7,5% na Bolívia ou 50% em Guiné-Bissau) em 1998, segundo o *World Bank Atlas*, 2000. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2000.

Segundo a pesquisa comparativa da Universidade Johns Hopkins¹⁶, o terceiro setor brasileiro, em 1995, era composto por cerca de 220.000 organizações sem fins lucrativos. O setor empregava, naquele ano, 1 milhão de pessoas em tempo integral, que representavam 2,2% da população economicamente ativa não-agrícola do país. O volume de recursos movimentado pelo setor atingia 10,6 bilhões de dólares, ou o equivalente a 1,5% do produto interno bruto do país no ano. Embora possa parecer modesta, essa cifra permite comparar favoravelmente o setor com muitas áreas de atividade econômica que recebem mais atenção do público. Esses dados levam a concluir que o terceiro setor tem sido um grande esquecido entre as áreas econômicas e sugerem a força política que a sua organização pode conferir-lhe.

Embora possa apresentar grandes valores agregados, como o de número de organizações, de profissionais empregados e de recursos movimentados, dimensionando o terceiro setor, poucas propriedades podem ser a ele atribuídas sem cometer erros de generalização excessiva: diversidade é a principal característica do setor – diversidade no porte das organizações que o compõem, nas áreas e formas de atuação destas, no tipo de público beneficiado ou associado etc. Também há diversidade – e, às vezes, divergência – de valores, opiniões e posições sobre os mais distintos temas. É natural que o terceiro setor reflita os recortes, os antagonismos, as desigualdades e a pluralidade da própria sociedade brasileira e se torne um canal legítimo de expressão de interesses.

Segundo o estudo citado, educação é a área do terceiro setor que empregava o maior número de pessoas (36,9% do total), seguida de saúde (17,8%), cultura e recreação (17,0%) e serviços sociais (16,4%). Algumas das áreas de atuação mais frequentemente associadas às tradicionais ONGs – desenvolvimento e meio ambiente – representam uma pequena parte do emprego total no terceiro setor (1,1% e 0,9% respectivamente).

16. Essa pesquisa, denominada *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Research Project* (ou *CNP*), é realizada desde 1992, sob a direção de Lester Salamon e Helmut Anheier. Quarenta e dois países atualmente participam do projeto, entre os quais o Brasil. Neste país, o estudo está sob a coordenação de Leilah Landim, do Iser. A fonte dos dados apresentados nesta seção é Lester Salamon, Helmut Anheier et al., *Global civil society: Dimensions of the nonprofit sector*, Baltimore: Johns Hopkins University, 1999, complementada por Leilah Landim e Neide Beres, *As organizações sem fins lucrativos no Brasil: Ocupações, despesas e recursos*, Rio de Janeiro: Nau, 1999.



Fonte: Universidade Johns Hopkins/Iser, 1998

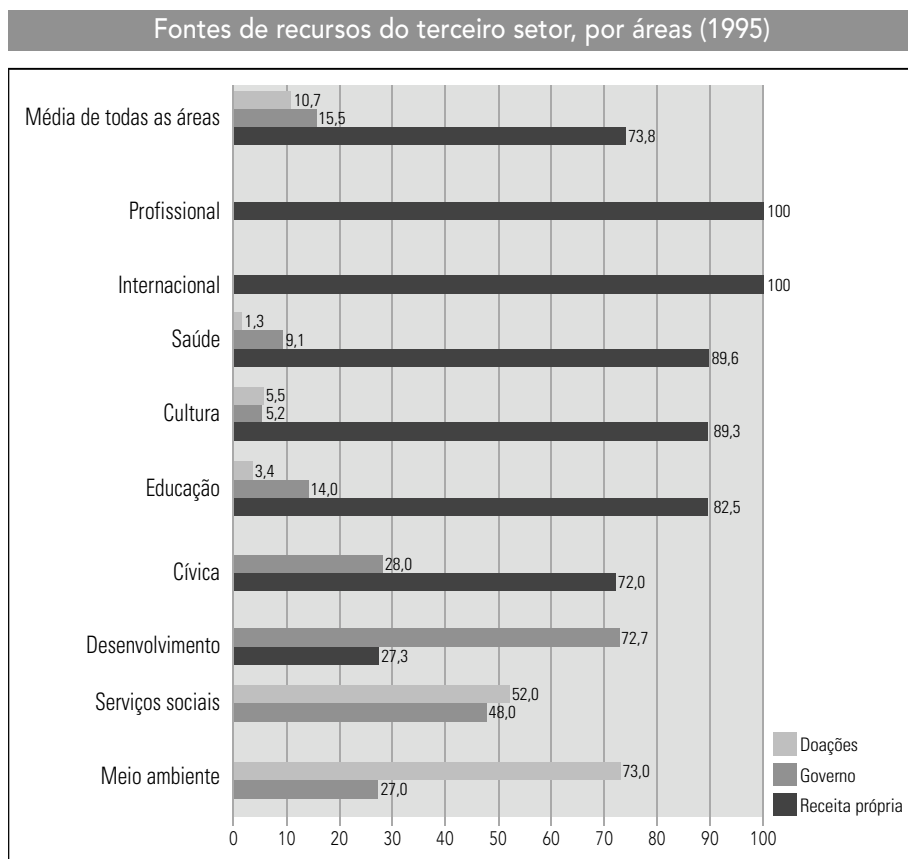
Dados da mesma pesquisa revelam ainda as principais fontes de rendimento das organizações do terceiro setor brasileiras. Surpreendentemente, a geração de receita mediante a cobrança de taxas ou o pagamento por serviços representa a fonte dominante de recursos, bem à frente das demais, com 73,8% do total. Outros 15,5% provêm de receitas cuja origem é o governo, e apenas 10,7% dos recursos do terceiro setor são originários de doações, incluindo-se indivíduos e empresas¹⁷. Este último valor é muito menor do que popularmente se acredita, mas é compatível com dados internacionais do terceiro setor: em nenhum país do mundo as doações representam a principal fonte de financiamento¹⁸.

Mesmo em áreas como educação e saúde, a geração de receita própria é a fonte dominante das organizações do terceiro setor. Isso poderia ser interpretado, por um lado, como sinal de grande capacidade de sustentabilidade do setor no Brasil, que sobrevive com seus próprios recursos, mas, por outro, revela a baixa presença do governo no setor, em comparação a outros países. Esse perfil de fontes de recursos suscita preocupações de equidade, visto que torna as organizações do terceiro setor predominantemente voltadas para

17. Ao incluir as instituições estritamente religiosas, tem-se que as doações alcançam 17,2% do volume de recursos do terceiro setor, segundo dados da mesma pesquisa.

18. A média de 22 países da pesquisa CNP indica que doações representam apenas 11% do volume de recursos do terceiro setor, contra 49% de receita gerada por taxas e pagamento por serviços e 40% provenientes de governo.

públicos que podem pagar os serviços que recebem e não, necessariamente, para atender populações carentes ou excluídas. Há, no entanto, importantes variações na proporção das fontes de rendimentos nas distintas áreas em que o setor atua, como mostra o gráfico abaixo: serviços sociais e meio ambiente são as únicas áreas em que doações representam a fonte dominante de recursos.



Fonte: Universidade Johns Hopkins/Iser, 1998

Observa-se, portanto, que, embora a sociedade brasileira não tenha compreendido e aceito por completo a existência de um terceiro setor, o conjunto de organizações que o compõem tem passado por um processo de criação e afirmação de uma identidade comum, de profissionalização, segmentação e diferenciação, e representa, em termos econômicos, uma parcela não desprezível do volume de emprego gerado e de recursos financeiros movimentados na economia brasileira.

Ambiente legal

■ A legislação que regula o terceiro setor brasileiro – incluindo as organizações doadoras – pode ser descrita como uma colcha de retalhos de leis de distintas épocas, instituídas por motivações diferentes, regidas por lógicas diversas, em constante processo de alteração, que compõem um todo mal cosido que se torna obscuro e inacessível aos não-iniciados no tema. Essa realidade, porém, é compatível com a ausência, até um passado recente, de compreensão de que as organizações sem fins lucrativos comporiam um setor regido por princípios comuns. A reflexão sobre o marco legal do terceiro setor acompanha atualmente o crescente interesse por essa área e tem passado por um processo acelerado de aprimoramento.

Em linhas gerais, desde a Constituição de 1988 a liberdade de associação para “fins lícitos” é amplamente garantida, independentemente da autorização ou da tutela do Estado, que está até mesmo proibido de instituir impostos sobre as operações das organizações sem fins lucrativos voltadas para o social¹⁹. Essas imunidades constitucionais estão reforçadas no Código Tributário Nacional, que reitera ser vedado à União, Estados e municípios instituir impostos sobre “b) templos de qualquer culto; c) o patrimônio, a renda ou serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social (...)”²⁰. Para o gozo das isenções previstas, a legislação tributária exige a correta aplicação dos recursos nos fins para os quais a organização foi criada, institui a supervisão pelo Ministério Público sobre as fundações, prevê a destinação dos recursos no caso de dissolução, veda a distribuição de lucros e a remuneração de dirigentes.

O Código Civil brasileiro confere *status* de “pessoa jurídica de direito privado” às “sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as

19. Constituição Federal, art. 5º, inc. XVII – “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”; inc. XVIII – “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”; inc. XIX – “as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado”; art. 150, inc. VI, c – “(...) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei”.

20. Código Tributário Nacional, art. 9º.

associações de utilidade pública e as fundações”²¹, e define os termos de existência das associações civis e das fundações²². A lei prevê, por exemplo, no caso de dissolução de uma organização “de intuítos não-econômicos”, a devolução do seu patrimônio social ao Estado.

Para Eduardo Szazi, uma associação define-se como “uma pessoa jurídica criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa”, e para a sua criação basta a reunião de pessoas com maioria civil que tenham o propósito de associar-se para uma atividade lícita²³. O termo “instituto”, que compõe a razão social de muitas organizações sem fins lucrativos, não trata de uma espécie de pessoa jurídica, e o seu uso é bastante comum tanto por entidades governamentais quanto privadas com ou sem fins lucrativos. A fundação, por sua vez, distingue-se das demais formas de pessoa jurídica. O mesmo autor a define como “um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor”. Comparando associação e fundação, nota-se que a primeira está centralizada na relação entre associados, ao passo que a segunda tem um perfil patrimonialista, ou seja, está concentrada nos bens com os quais foi constituída.

Em tese, uma fundação deve ser constituída com recursos suficientes para atingir seus objetivos e cabe ao Ministério Público, por meio da Curadoria de Fundações, certificar-se da existência deles. Na prática, são muitos os casos de fundações privadas constituídas com o patrimônio mínimo exigível que dependem de dotações anuais de um mantenedor (por exemplo, uma empresa) para levar a cabo os seus fins. Não é comum, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, a existência de fundos patrimoniais, ou *endowments*, capazes de perpetuar uma organização mediante seu rendimento financeiro. Tampouco há, como naquele país, qualquer norma legal que exija que as fundações atuem como doadoras de recursos a terceiros ou especificação de formas e montantes de investimentos. Na realidade, apenas uma pequena parte das fundações são doadoras, conforme indica levantamento da Fundação Irmão José Otão realizado com as fundações brasileiras: somente 6% das respondentes declararam-se financiadoras. Outros dados da mesma pesquisa

21. Código Civil, art. 16, inc. I.

22. Código Civil, arts. 20-30.

23. Eduardo Szazi, *Terceiro setor: Regulação no Brasil*. São Paulo: GIFE/Peirópolis, 2000.

elucidam o perfil típico das fundações brasileiras: apenas 12% das fundações estudadas resultam de vontade expressa em testamento, 63% foram criadas por pessoas jurídicas e 65% são fundações de apoio ou mantenedoras de outras instituições, como universidades, hospitais e órgãos públicos²⁴.

A lei estabelece formas de diferenciação adicional das organizações sem fins lucrativos, por meio da certificação como entidade de utilidade pública²⁵ ou de fins filantrópicos²⁶. Esse reconhecimento, que impõe obrigações adicionais às organizações certificadas, concede-lhes algumas vantagens. No caso da utilidade pública, concedida em níveis federal, estadual e municipal, facilita o acesso destas a recursos do Estado, possibilita, em alguns casos, a dedução às doações efetuadas a ela por pessoas jurídicas e permite a geração de renda por meio da realização de sorteios. A certificação de fins filantrópicos, que resulta da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), além de assegurar a imunidade tributária, isenta a entidade da cota patronal da contribuição previdenciária sobre folha de pagamento (INSS).

Dois leis, resultantes de uma iniciativa do governo – por meio do Conselho da Comunidade Solidária – para fortalecer o terceiro setor, foram votadas nos últimos anos. A primeira, a chamada Lei do Voluntariado, de 1998²⁷, que explicita que o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigações trabalhistas às entidades sem fins lucrativos, visando protegê-las de ações trabalhistas indevidas e, com isso, promover o voluntariado. A segunda iniciativa é a lei de 1999 que institui a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)²⁸, que propõe aprimorar a relação entre as organizações da sociedade civil e o Estado.

Essa lei, conhecida como a “lei do terceiro setor”, parte da necessidade de facilitar o acesso das entidades ao reconhecimento pelo Estado, visto que o processo de obtenção tanto da utilidade pública quanto do certificado de fins filantrópicos era considerado burocrático e oneroso às entidades. As exigências terminavam por excluir muitas organizações idôneas e, não permitindo o

24. Maria C. M. de Farias Kother, *Aspectos da estrutura e do funcionamento das fundações privadas no Brasil*, Porto Alegre: Fijó/PUC-RS, 1997. A pesquisa foi realizada em cerca de 1.800 fundações de todo o território nacional, tendo sido obtido o retorno de apenas 137 questionários, o que limita a possibilidade de generalização, mas não prejudica o caráter ilustrativo dos dados.

25. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935.

26. Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

27. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

28. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

adequado controle social, possibilitavam o mau uso por aqueles que conseguiam a certificação. A nova lei propõe conferir maior visibilidade e transparência – precondições ao controle social – às relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil e define critérios para a participação destas na esfera pública, situando-as na esfera “pública não-estatal”. A lei concede às OSCIPs a possibilidade de colaborar com o Estado, por meio da celebração de um termo de parceria, instrumento que representa, em tese, uma forma mais transparente e eqüitativa de acesso a recursos públicos²⁹.

Um aspecto da lei relevante para o financiamento da sociedade civil merece destaque: ela prevê que podem qualificar-se como OSCIP as organizações que se dedicam à experimentação não-lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de comércio e crédito. Isso permite retirar do limbo jurídico – e da ilegalidade – em que se encontram, na prática, as organizações dedicadas ao financiamento pelo microcrédito que não se submetiam ao Sistema Financeiro Nacional, que rege os bancos comerciais.

A lei do terceiro setor não revogou as qualificações de utilidade pública e de fins filantrópicos, mas exige que as organizações optem, em um prazo de dois anos, entre a nova certificação e as anteriores. Críticos afirmam que essa lei ainda é imperfeita e traz poucos benefícios às organizações que nela se enquadram. A opção pela qualificação como OSCIP poderia não ser vantajosa para quem já detém os outros títulos, o que poderia configurar a perpetuação de uma situação jurídica em que coexistem regimes distintos.

Para as pessoas jurídicas, a possibilidade de efetuar deduções de impostos devidos sobre doações feitas a organizações sem fins lucrativos está prevista em lei, porém são estreitas as opções disponíveis. Doações para organizações de utilidade pública federal, de até 2% do lucro operacional, podem ser deduzidas³⁰, assim como as doações feitas para os conselhos nacionais, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, para projetos culturais inseridos no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e em atividades audiovisuais³¹.

Não existe a opção de dedução de doações destinadas a projetos sociais para pessoas físicas na lei brasileira, com a única exceção dos referidos conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Também inexistente, novamente

29. Elizabete Ferrarezi, “Reforma do Estado e o novo marco legal do terceiro setor”, *paper* apresentado no 5º Congresso do CLAD, República Dominicana, mimeo, 2000.

30. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 13.

31. Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 12.

ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, estímulo tributário à destinação de recursos legados em testamento para a constituição de fundações. Finalmente, conforme indica Oliveira³², quaisquer vantagens tributárias sobre as organizações sem fins lucrativos e sobre as doações atualmente em vigor mantêm-se precariamente, visto que o ambiente político contemporâneo aponta para um endurecimento fiscal e uma ameaça de eliminação de todas as formas de dedução, entendidas como “privilégios” do terceiro setor ou “renúncia” do Estado³³.

Conclui-se, portanto, que a lei brasileira reconhece ampla e crescentemente o espaço da sociedade civil organizada e toma medidas para evitar a ingerência e o controle excessivo do Estado sobre ela, mas, tomada em seu conjunto, a legislação acaba por submeter as organizações a inúmeras exigências e a um poder discricionário, que, na prática, condicionam, limitam e tutelam o terceiro setor. No que diz respeito ao incentivo à filantropia e às doações, a lei é tímida e, aparentemente, mais sujeita às vicissitudes da política econômica do que a uma política deliberada para o terceiro setor.

32. Anna Cynthia de Oliveira, “Filantropia e incentivos às doações”, *paper* elaborado para o GT-Marco Legal, Conselho da Comunidade Solidária, *mimeo*, 1998.

33. Devido à estrutura federativa do país, as organizações do terceiro setor estão também sujeitas a leis de âmbito estadual. No momento da conclusão deste estudo, uma lei do Estado de São Paulo instituiu um imposto de 4% sobre doações de qualquer espécie, até mesmo para aquelas feitas a organizações sem fins lucrativos.

GRANTMAKERS BRASILEIRAS: UM PERFIL

■ Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada com as instituições doadoras brasileiras e nele são expostas as principais estatísticas agregadas e cruzamentos significativos de dados, bem como propostas análises dos dados quantitativos, ilustrados com base em exemplos das próprias organizações estudadas. Os resultados permitem traçar um perfil geral do “setor” das *grantmakers* brasileiras e retratar as características organizacionais de seus componentes, suas prioridades de ação, seus públicos, suas práticas de gestão e as suas fontes de recursos financeiros, bem como o volume e forma de aplicação desses recursos.

Dois recortes comparativos principais são propostos em virtude da relevância com que emergem na análise dos dados e são utilizados em diversas seções do capítulo:

- visto que o estudo contrapõe-se à idéia predominante de que não haveria organizações doadoras no país, destaca-se aqui a distinção entre organizações que afirmam ter a concessão de doações como uma de suas atividades centrais (aqui chamadas “*grantmakers*”) e aquelas que doam, embora não se considerem propriamente organizações doadoras (aqui, “*marginamente grantmakers*”);
- dado o vigor com que emergem as fundações empresariais no país em anos recentes e a hipótese de que elas operariam segundo uma lógica distinta das ONGs, entidades filantrópicas e organizações sem fins lucrativos tradicionais, distinguem-se as organizações vinculadas a grupos empresariais em comparação àquelas sem vínculo empresarial.

Características organizacionais

■ Como já foi mencionado nos capítulos anteriores, o conceito de *grantmaker* é pouco difundido no país, e a própria identidade das instituições doadoras brasileiras difere em inúmeros aspectos de suas congêneres do mundo desenvolvido, em especial dos Estados Unidos. Para empreender comparações entre organizações provenientes de distintas realidades sociais devem ser levadas em conta diferenças de ordem cultural, econômica e institucional dos países, para evitar incorrer em um reducionismo que fatalmente colocaria as *grantmakers* brasileiras como “menos desenvolvidas” do que as do Primeiro Mundo. Mas não se pode, a pretexto de diferenças contextuais, abdicar de comparar, tampouco de atribuir todas as diferenças à cultura ou à pobreza.

De fato, no início do estudo, questões conceituais constituíram obstáculos ao levantamento de dados. Argumentava-se que o número de organizações doadoras que se enquadrariam nos critérios do estudo seria limitado caso eles fossem aplicados com rigor, pois predominava a idéia de que não havia cultura de doação no Brasil. O fato de as mais conhecidas instituições doadoras que atuam no país serem de origem internacional parecia comprovar essa percepção³⁴. O forte vínculo de muitas organizações com o setor empresarial também representou um desafio: onde estaria o limite entre a ação social propriamente da empresa (que, recorda-se, *não* é objeto desta pesquisa) e a ação autônoma das fundações empresariais?³⁵

A consolidação dos dados das diversas fontes utilizadas neste estudo levou à composição de uma lista inicial de 99 organizações financiadoras, entre as nacionais e internacionais, governamentais, de mercado e sem fins lucrativos. Com um levantamento preliminar de informação, reduziu-se esse número a 66 potenciais organizações doadoras, às quais foi enviado o questionário de pesquisa.

34. Um dos primeiros estudos realizados no Brasil sobre instituições doadoras de que se tem notícia limitou seu escopo às organizações internacionais que financiavam entidades sem fins lucrativos no país, reforçando a percepção de que elas seriam as únicas financiadoras significativas do setor. O estudo identificou 37 agências internacionais não-governamentais de desenvolvimento atuando no Brasil e apenas quatro organizações brasileiras, que atuariam como canalizadoras de recursos das agências internacionais (Michael Bailey e Leilah Landim, *Agências internacionais não-governamentais de desenvolvimento atuando no Brasil – Cadastro*. Rio de Janeiro: Oxfam/Iser, 1995).

35. Ao leitor interessado em conhecer estudos sobre a atuação social de empresas recomenda-se o estudo *Atuação social e voluntariado: Estratégias de empresas no Brasil* (São Paulo: Ceats-USP, Conselho da Comunidade Solidária, GIFE, Senac-SP, Ciee, 1999) e as publicações da pesquisa conduzida pelo Ipea sobre atuação social das empresas do Sudeste e do Nordeste, entre outras.

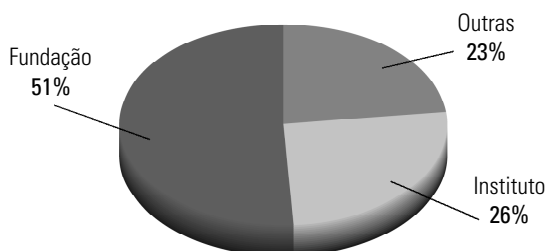
Completo-se o levantamento de dados com 31 organizações confirmadas como doadoras, relacionadas no quadro abaixo. Essas organizações apresentam semelhanças e diferenças entre si em inúmeros aspectos relevantes, que são destacados nas próximas páginas deste capítulo.

Organizações doadoras estudadas

Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária
Cáritas Brasileira
Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris)
Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese)
Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança
Fundação BankBoston
Fundação Belgo-Mineira
Fundação Beneficente Heydenreich
Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura e Tecnologia
Fundação Clemente Mariani
Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania
Fundação Educar DPaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e Meio Ambiente
Fundação Feac – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho
Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
Fundação Odebrecht
Fundação Orsa
Fundação Otacílio Coser
Fundação Telefônica
Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social
Fundo Cristão para Crianças
Instituto Ayrton Senna
Instituto C&A de Desenvolvimento Social
Instituto Credicard
Instituto General Motors
Instituto Itaú Cultural
Instituto Ronald McDonald de Apoio à Criança
Instituto WCF-Brasil
Instituto Xerox
Vitae, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social

Entre as organizações estudadas, predomina a forma jurídica de fundação de direito privado, com dezesseis casos (51% do total). As quinze demais organizações são constituídas como sociedades civis sem fins lucrativos (associações), com a adoção freqüente, entre elas, da denominação “instituto” (encontrada em oito casos). Parece haver uma tendência clara à preferência pela marca “instituto” nos últimos anos, notadamente entre as organizações de origem empresarial, o que mostra que a figura jurídica de fundação não é vista favoravelmente por muitos dos novos investidores sociais do país.

Denominação adotada pelas organizações



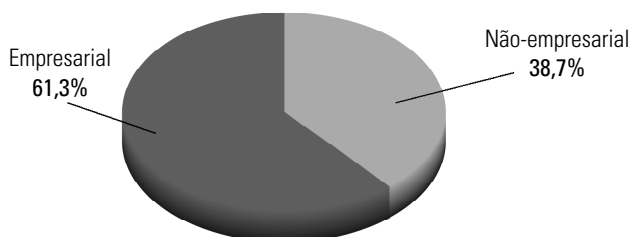
Nota-se uma predominância de organizações com vínculo direto com empresas: dezenove casos (61%) são fundações e institutos empresariais. Três delas são vinculadas a empresas estatais privatizadas na última década: Fundação Telefônica, Fundação CSN e Fundação Vale do Rio Doce; sete são fundações e institutos de empresas multinacionais (Fundação BankBoston, Instituto C&A, Instituto Cædicard, Instituto General Motors, Instituto Ronald McDonald, Instituto Xerox e, novamente, Fundação Telefônica). As outras onze organizações não-empresariais têm origens e vínculos institucionais diversos, com destaque para aquelas criadas por empresários ou grupos empresariais, que operam com independência (Fundação Abrinq, Fundação Heydenreich, Fundação Feac, Vitae), e para as de raízes religiosas/ecumênicas (Cese, Ceris, Cáritas, Fase, Fundo Cristão para Crianças). Diversas organizações têm origem mista, como a Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (vinculada ao Conselho da Comunidade Solidária, iniciativa governamental em parceria com a sociedade civil) e o Instituto WCF-Brasil (associada independente à World Childhood Foundation, criada pela rainha da Suécia). Três organizações fazem parte da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), e dezoito são membros do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).

Grupo fundador das organizações

	nº	%
Empresa privada	19	61,3
Indivíduo ou família	6	19,4
Sociedade civil/ONGs	6	19,4
Entidade ou líder religioso	4	12,9

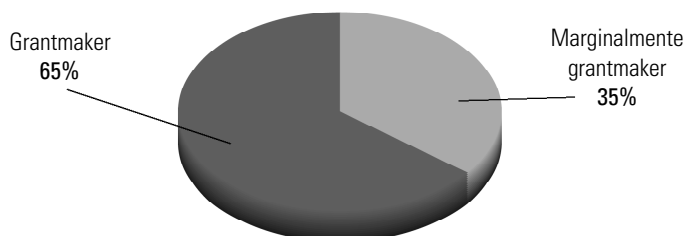
(O total soma mais de 100% por ser permitido múltiplas respostas à pergunta)

Organizações empresariais versus não-empresariais



Conceder doações é uma característica central da atuação da maioria dessas organizações, como mostra o quadro abaixo: vinte (65%) afirmaram que doar está entre as suas finalidades principais e onze (35%), embora também doem recursos, ressaltam que doação não é um propósito central. Conforme mencionado anteriormente, o primeiro grupo é identificado nesta pesquisa como “grantmaker” e o segundo como “marginalmente grantmaker”, para ilustrar algumas diferenças de perfil entre esses dois segmentos.

Grantmakers versus marginalmente grantmakers



O cruzamento desses perfis mostra uma distinção significativa entre as entidades de origem empresarial e as não-empresariais: as primeiras dividem-se igualmente entre *grantmakers* (dez casos) e marginalmente *grantmakers* (nove casos), ao passo que as entidades não-empresariais são predominantemente *grantmakers* em sentido estrito (dez de doze casos, ou 83%). Isso se reflete no fato de que muitos institutos e fundações empresariais, embora façam doações, não querem ser vistos pelo público como doadores e optam por operar projetos e programas próprios ou por outros meios de ação colaborativa que não envolvam desembolso de recursos para terceiros.

Cruzamento dos perfis empresarial/não-empresarial
versus *grantmakers*/marginalmente *grantmakers*

	Grantmaker		Marginalmente grantmaker		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Empresarial	10	52,6	9	47,4	19	100,0
Não-empresarial	10	83,3	2	16,7	12	100,0
Total	20	64,5	11	35,5	31	100,0

A característica de operar como doador de recursos não é a representação favorita da identidade da maioria das organizações. Antes de doadoras, são organizações ambientalistas, de defesa de direitos, de desenvolvimento social etc. Isso se torna ainda mais patente entre as organizações empresariais. O Instituto Itaú Cultural é um exemplo de organização empresarial que, embora conceda doações, não pode ser caracterizado como *grantmaker* propriamente dito: os aportes financeiros sempre ocorrem inseridos em programas de incentivo à cultura mais amplos, como, por exemplo, o desenvolvimento e a capacitação de curadores de museus e instituições culturais.

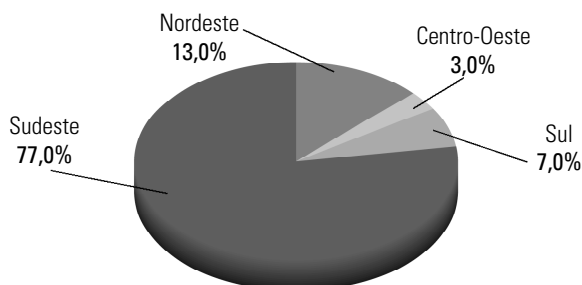
A maioria das organizações têm uma história curta de vida, revelando um setor de doadores novo e em formação, como ilustra o quadro a seguir: metade do total (48%) foi criada nos anos 90 e 64%, após 1980. As organizações com vínculo empresarial são as mais jovens: 79% têm menos de vinte anos. Em contraposição, mais da metade das não-empresariais (58%) têm mais de vinte anos de vida, o que indica que, embora existam entidades e empresas doadoras no Brasil há muitos anos, a filantropia empresarial em grande escala é, de fato, um fenômeno novo no país.

Década de fundação das organizações

	Empresarial		Não-empresarial		Total	
	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
Década de 90	11	58,0	4	34,0	15	48,0
Década de 80	4	21,0	1	8,0	5	16,0
Década de 70	1	5,0	1	8,0	2	7,0
Década de 60	3	16,0	4	34,0	7	22,0
Até 1959	0	0,0	2	16,0	2	7,0
Total	19	100,0	12	100,0	31	100,0

Os dados apontam para uma esperada – ainda que surpreendente pela intensidade – concentração das organizações doadoras na região Sudeste, com 77% do total, e, em particular, na cidade de São Paulo, com onze organizações (36%). Esses dados não se devem apenas ao desenvolvimento econômico e à maior prosperidade das regiões mais bem representadas no estudo, mas também ao fato de as redes nacionais de organizações doadoras terem-se estabelecido notadamente no Sudeste, promovendo com mais vigor a cultura do investimento social. Pode-se especular também que existam mais organizações doadoras nas demais regiões, que não foram identificadas pelo estudo por não participarem mais ativamente das redes nacionais. Portanto, essas regiões podem estar sub-representadas no estudo em virtude de limitações de seu alcance³⁶. Ao conferir maior visibilidade às *grantmakers*, o estudo espera contribuir para o aumento do número de organizações doadoras em levantamentos futuros.

Distribuição regional das organizações



36. Há também alguns casos de organizações conhecidamente doadoras que foram contatadas pela equipe de pesquisa e que optaram por não participar do estudo ou não responderam ao questionário por quaisquer motivos. Uma das alegações freqüentes é a "fadiga de pesquisas", que resulta do surto de interesse que o terceiro setor desperta em anos recentes, especialmente entre alunos de cursos de graduação e pós-graduação.

Localização geográfica das organizações			
Região	UF	Cidade	Nº
NORDESTE	BA	Salvador	3
	CE	Fortaleza	1
CENTRO-OESTE	DF	Brasília	1
SUL	PR	Curitiba	1
	RS	Porto Alegre	1
SUDESTE	ES	Vitória	1
	MG	Belo Horizonte	2
	RJ	Rio de Janeiro	5
		Volta Redonda	1
	SP	Campinas	2
	Carapicuíba	1	
	São Caetano do Sul	1	
	São Paulo	11	

Trinta e três é o número médio de funcionários que trabalham em tempo integral nas organizações estudadas. A esse número somam-se 10,5 funcionários em tempo parcial, 1,8 funcionário cedido por empresas mantenedoras e 8,9 voluntários, como indica o quadro a seguir. A maioria das organizações (25, ou 81% do total), entretanto, não trabalha com voluntário. Esses dados revelam a existência de quadros relativamente grandes nas organizações, que variam de um a algumas centenas de funcionários, entre próprios e cedidos. O número aparentemente elevado de funcionários pode ser explicado pelo fato de as organizações não serem exclusivamente doadoras e precisarem de quadros próprios para a implementação de projetos. Na verdade, a mediana³⁷ do número de funcionários é apenas 14; a diferença entre essa medida e a média deve-se ao pequeno número de organizações que têm muitos funcionários. A Fundação CSN, por exemplo, conta com 324 funcionários, mas opera e mantém duas escolas profissionalizantes e de ensino médio, um centro de saúde oral e um centro cultural com diversos projetos nos municípios em que a Companhia Siderúrgica Nacional se insere.

37. Mediana é a medida estatística que representa o valor que divide um conjunto em dois subconjuntos com o mesmo número de casos. Em comparação com a média aritmética, a mediana minimiza a influência de valores extremos, que, destoando do conjunto, elevam ou abaixam a média, induzindo a análises distorcidas.

Média do número de funcionários das organizações	
Funcionários de tempo integral	32,7
Funcionários de tempo parcial	10,5
Funcionários cedidos pela mantenedora	1,8
Voluntários	8,9
Total	53,9

Prioridades de investimento

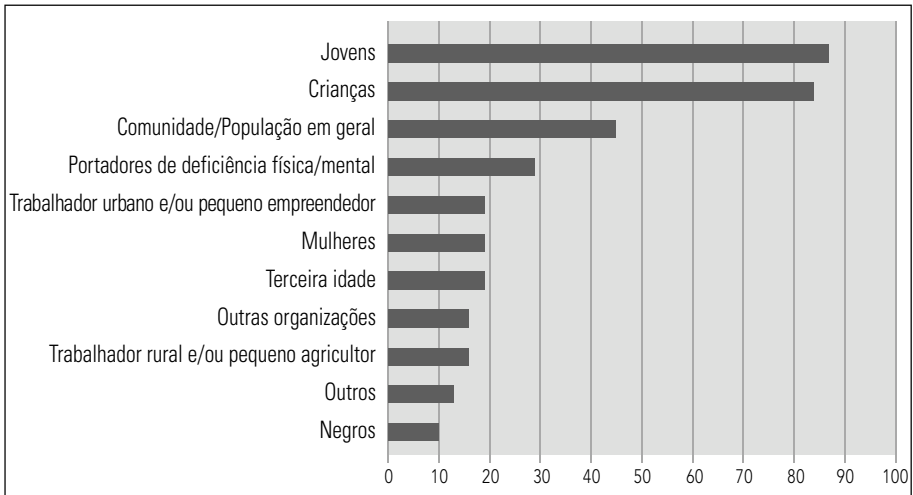
■ As instituições doadoras têm grande poder de influência na agenda do terceiro setor. Embora nem sempre interfiram na implementação e na gestão dos projetos que financiam, esse poder se manifesta na simples decisão de financiar determinado tema ou público-alvo em detrimento de outro. Seu poder econômico molda a atuação das demais organizações sem fins lucrativos que dependem de recursos de terceiros, já que muitas delas tendem a apresentar propostas de acordo com as linhas programáticas de financiadores, visando maximizar suas reais possibilidades de obter os recursos financeiros.

Esse poder de definição de agenda não deve ser menosprezado, mesmo que, como foi visto no capítulo anterior, as doações de fundações e institutos empresariais e de outras *grantmakers* não sejam a principal fonte de recursos da maioria das organizações do terceiro setor. O casamento entre as prioridades de investimento das doadoras e a capacidade de intervenção social das ONGs deve, acima de tudo, ser compatível com as necessidades reais e a agenda social brasileira e não apenas com os interesses e desejos de quem toma as decisões sobre o investimento. Essa é uma das principais distinções entre uma ação caridosa que se encerra no ato de doar e a postura consciente do investidor social.

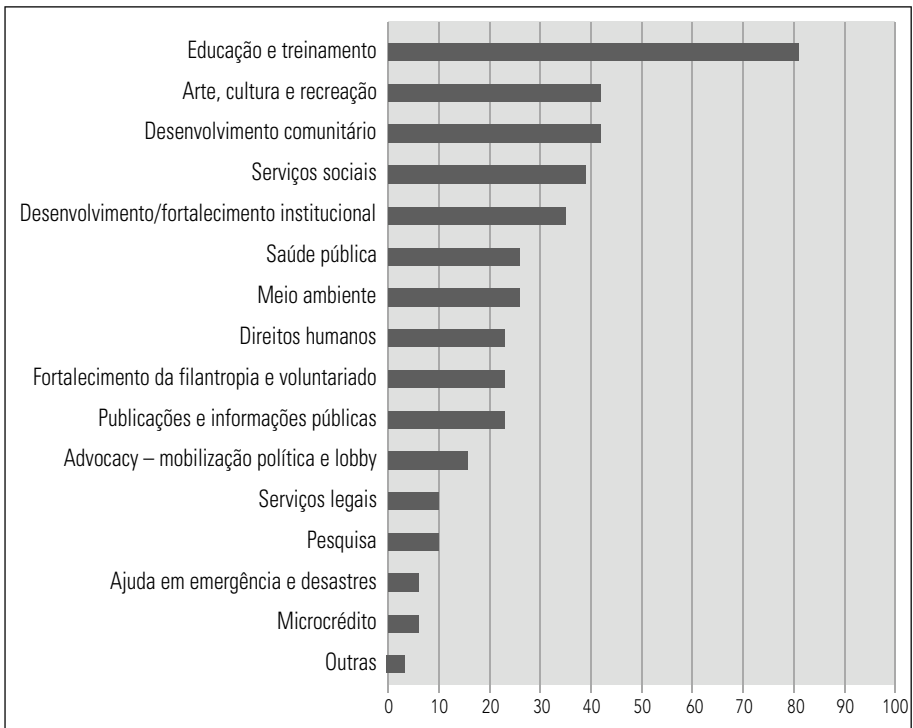
O levantamento apresenta resultados comparáveis aos obtidos por pesquisas anteriores sobre atuação social de empresas: projetos destinados à educação (81%) de jovens (87%) e de crianças (84%) são as principais prioridades de financiamento e se situam bem acima dos demais públicos-alvo e áreas de atuação, como mostram os dois gráficos a seguir. Entre as outras áreas prioritárias destacam-se arte e cultura e desenvolvimento comunitário (ambas com 42%)³⁸.

38. A possibilidade conferida pelo questionário de fazer múltiplas escolhas nos campos de população-alvo e área de atuação, bem como o fato de que as entidades atendem a diversos públicos, justificam as somas das porcentagens, que superam largamente os 100%.

Público-alvo dos projetos favorecidos por doações



Área de atuação dos projetos favorecidos por doações



O destaque para a educação de crianças e adolescentes é, sem dúvida, compatível com as prioridades sociais do país, mas representa também um tema de baixo risco para o financiador, pois ele é de fácil aceitação pública, visto que, em comparação com outros públicos – como minorias ou trabalhadores rurais –, o trabalho com crianças praticamente não tem opositores. A segunda colocação ocupada pelo tema “arte, cultura e recreação” parece reforçar uma imagem de conservadorismo do investidor social, já que projetos culturais nem sempre superam a dicotomia cultura de elite/cultura popular. A presença do tema “arte e cultura” também explica-se pela existência de incentivos a doações que, no Brasil, superam largamente aquelas disponíveis para projetos de combate à pobreza e exclusão.

Recursos financeiros: origem e destinação

.....

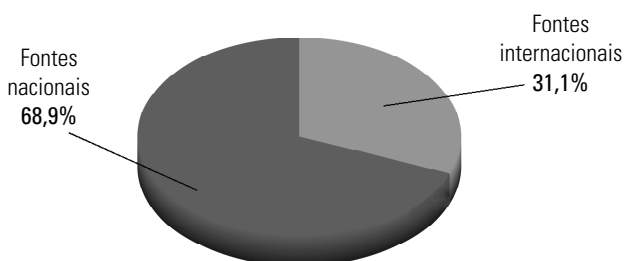
■ Segundo dados levantados, as organizações estudadas acumularam um total de rendimentos anuais que supera os 232 milhões de reais e foram responsáveis pelo investimento de mais de 120 milhões de reais na forma de doações diretas para projetos e programas sociais no ano de 1999³⁹. Há nesse grupo desde organizações que dispõem de pouco mais de uma centena de milhar de reais para doar até aquelas cuja receita anual está na casa de dezenas de milhões.

A diversidade das organizações estudadas também reflete-se nas suas diferentes fontes de recursos, como pode ser notado na tabela e nos gráficos a seguir.

39. Para o fim de cálculos em dólar, deve utilizar-se o câmbio de dezembro de 1999, quando 1 dólar equivalia aproximadamente a 1,82 real.

Fontes de recursos das organizações		
Total de rendimentos	R\$ 232.525.020,37	100,0%
Fontes nacionais	R\$ 160.119.100,43	68,9%
Receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas	13.570.594,32	5,8%
Contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil	103.198.568,36	44,4%
Doações de indivíduos no país	7.564.520,84	3,3%
Retorno financeiro sobre patrimônio próprio	9.284.845,64	4,0%
Recursos provenientes de contratos/repasses do governo	17.432.099,15	7,5%
Doações de outras organizações do terceiro setor/ONGs	6.602.137,07	2,8%
Outras	2.466.335,05	1,1%
Internacionais	R\$ 72.405.919,94	31,1%
Agências internacionais de desenvolvimento	25.014.543,82	10,8%
Contribuições de empresas no exterior	925.800,00	0,4%
Doações de indivíduos no exterior	23.338.728,10	10,0%
Doações de fundações internacionais	11.291.048,27	4,9%
Doações de ONGs internacionais	10.184.799,75	4,4%
Outras	1.651.000,00	0,7%

Fontes de recursos: nacionais versus internacionais



Os recursos das organizações doadoras brasileiras (vale recordar que financiadores internacionais não foram objeto deste estudo) provêm de fontes também majoritariamente nacionais (69%), com destaque para as contribuições de empresas sediadas no país, que foram responsáveis por 44% do total dos aportes. Isso comprova que as doadoras brasileiras não são meramente repassadoras de fundos internacionais, mas que há uma filantropia e doação genuinamente brasileira. Ainda assim, o fato de 31% dos recursos terem origem internacional merece atenção. A presença de fontes internacionais é ainda mais notória entre as organizações que não têm vínculo empresarial: mais da metade de seus recursos (56%) são de origem externa, com destaque para as agências governamentais e multilaterais de desenvolvimento (19%) e as doações diretas de indivíduos no exterior (18%).

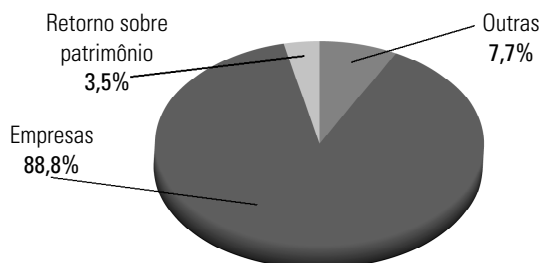
As três ONGs de origem ecumênica – Ceris, Cese e Fase, além da Cáritas, instituição vinculada à Igreja Católica – desempenham papel de canalizador de recursos internacionais, especialmente de agências de desenvolvimento, igrejas e ONGs internacionais. Esse papel foi primeiro identificado por Bailey e Landim, em um estudo pioneiro sobre “agências internacionais não-governamentais de desenvolvimento atuando no Brasil” (ver nota 34). Essas organizações ainda são amplamente financiadas por recursos internacionais, embora estes lhes proporcionem maior autonomia de atuação e independência do que muitas fontes nacionais de fomento ao terceiro setor.

Outro fator surpreendente reside no fato de a principal fonte nacional de recursos das organizações não-empresariais ser o governo (13%, dos quais a maior parte destina-se à Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária), seguida da geração própria de receita por meio de serviços ou mensalidades (10%). Previsivelmente, a maior parte dos recursos das fundações e institutos empresariais provêm de empresas (89%)⁴⁰. Essa alocação nem sempre é segura e garantida, apesar do vínculo estreito entre as fundações e institutos e as empresas mantenedoras, e geralmente depende de provisões anuais, que variam de acordo com a saúde financeira da empresa. Em um dos melhores exemplos empresariais de compromisso com a área social,

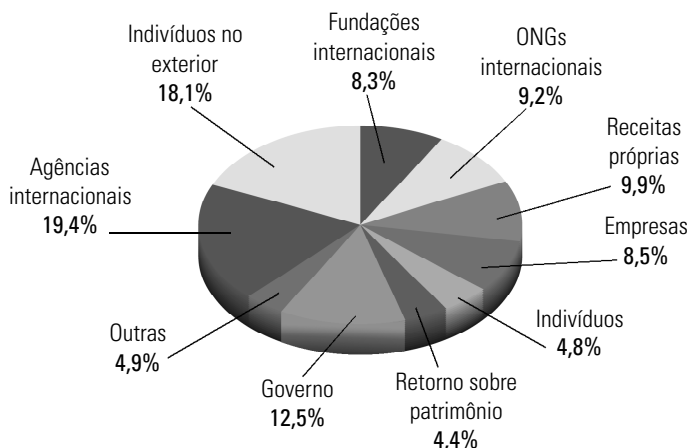
40. Uma ressalva importante a ser feita sobre esses dados: devido ao pequeno número de organizações estudadas e às grandes diferenças de porte entre elas, os valores de cada fonte financeira são fortemente influenciados pelo peso de uma única ou duas fontes. Há casos em que apenas uma organização é responsável pela totalidade dos recursos de uma fonte; por isso as porcentagens agregadas não devem ser interpoladas como valores aplicáveis a cada uma das organizações, mas tomadas apenas em conjunto.

o Grupo Orsa tornou público o compromisso de investir 1% do seu faturamento na Fundação Orsa, que opera e financia projetos em benefício de crianças e adolescentes em situação de risco. Esse compromisso foi mantido com a recente aquisição pela Orsa do Projeto Jari no Estado do Pará, em uma operação em que o compromisso social assumido pela empresa foi considerado um importante diferencial da proposta apresentada ao principal credor, o BNDES.

Fontes de recursos das organizações com vínculo empresarial



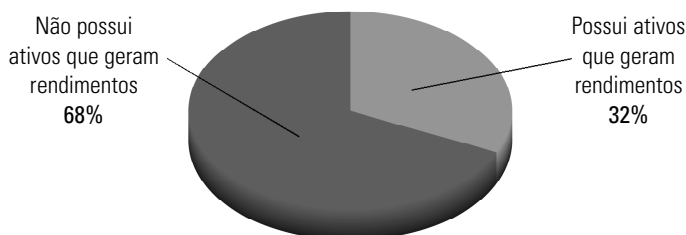
Fontes de recursos das organizações não-empresariais



A existência de ativos capazes de gerar rendimentos, como fundos patrimoniais ou propriedades imobiliárias, é uma das mais importantes formas de assegurar a autonomia e a sustentabilidade financeira das organizações do terceiro setor. Em países desenvolvidos, a maioria das fundações financiadoras são constituídas de fundos (*trusts*) gerados de doações ou heranças, dotados com a finalidade de servir causas públicas. Por meio delas, as organizações se

autoperpetuam e se desvinculam dos interesses privados dos seus instituidores. Entre as organizações brasileiras estudadas, entretanto, menos da metade reporta possuir ativos próprios que geram rendimentos (32% dos casos) e somente cinco organizações (16%) têm fundos patrimoniais, que totalizam 6.319.988 reais, uma quantia praticamente irrisória para a manutenção do nível das suas doações. Apenas 4% dos recursos identificados neste estudo provêm de retorno sobre patrimônio próprio, o que parece comprovar a dependência das organizações doadoras brasileiras de fontes externas a elas e a redução de sua autonomia na alocação de recursos. A Fundação Feac é uma exceção: criada com o legado pessoal de seus instituidores, a fundação é proprietária de um grande terreno na região metropolitana de Campinas (SP), originalmente uma área rural, onde foram erguidos um *shopping center* e um supermercado. O rendimento dos aluguéis desses terrenos é revertido para as atividades sociais da fundação e repassado às suas 97 entidades filiadas.

Existência de ativos que geram rendimento nas organizações



Tipos de ativos que geram rendimentos

	nº	%
Fundo patrimonial	5	16,1
Participação em empresas	2	6,5
Imóveis/terrenos	5	16,1 ⁴¹

Distintas hipóteses, que merecem um estudo mais aprofundado, podem ser levantadas a respeito da baixa incidência de fundos patrimoniais nas organizações doadoras brasileiras:

41. Fundo patrimonial, participação em empresas e imóveis/terrenos superam os 32%, pois duas organizações possuem mais de um tipo de ativo que gera rendimentos.

- a necessidade de atuar no combate contra a pobreza e de atender as imensas demandas sociais com que se defrontam as organizações doadoras no país as impediria de reservar recursos para a construção de fundos; a falta de *endowments*, portanto, seria fruto da pobreza mas ampla do país;
- a pobreza também ofereceria outro argumento para a ausência de recursos para a constituição de fundos: não haveria acumulação de riqueza no Brasil em escala suficiente para a criação de *grantmakers*;
- a idade das organizações determinaria a sua capacidade de angariar e reter fundos; como a maioria das estudadas é muito jovem, não teriam tido a oportunidade de acumular patrimônio suficiente;
- a dependência financeira em relação a outras organizações, empresariais ou não, seria uma maneira de assegurar subordinação permanente a elas; com a inexistência de fundos patrimoniais, as mantenedoras retêm o controle sobre as ações de suas fundações e institutos;
- a acumulação de fundos em organizações sem fins lucrativos seria resultante da existência de incentivos tributários generosos, como isenções e dedutibilidades, o que não ocorreria em escala suficiente no Brasil;
- não haveria uma cultura do *endowment*, ou fundo patrimonial, nas organizações sem fins lucrativos e na sociedade brasileira em geral.

Pode-se especular que a realidade se encontre na combinação de alguns desses aspectos, com maior ênfase nos últimos, mas cabe ressaltar que o Brasil não pode mais ser considerado um país propriamente pobre e que há, de fato, acumulação e concentração de riqueza em escala suficiente para a criação de fundos patrimoniais volumosos. Se a lei não incentiva isso, deve-se mais ao desconhecimento e desinteresse dessa possibilidade do que à má vontade dos legisladores. Ademais, fundos patrimoniais ainda são vistos com desconfiança no país, como recursos “parados”, que poderiam ser mais bem empregados se investidos diretamente em projetos sociais e não em mercados financeiros. Um exemplo dessa dificuldade encontrada pelas organizações em constituir fundos patrimoniais é apresentado pela Fundação Abrinq: poucas instituições sem fins lucrativos gozam de credibilidade comparável à sua no meio empresarial, e sua capacidade de angariar fundos da população em geral também é notória, mas ela não tem tido êxito em sensibilizar doadores para investir em um fundo que não esteja diretamente vinculado a um projeto de intervenção social. Assim, seu esforço para a

constituição de um *endowment* tem apresentado resultados tímidos em comparação à captação para os seus projetos e programas.

Do total de 220.727.139 reais de despesas reportadas pelas organizações estudadas, 55% foram investidos como doações a outras organizações e indivíduos, conforme indica o quadro abaixo. Isso mostra que, apesar do estranhamento que a caracterização possa causar, essas organizações são predominantemente doadoras. Uma parcela significativa dos seus recursos é investida na execução de projetos e programas próprios, ou mediante parcerias com terceiros que não implicam doação (27%). O restante das despesas das organizações doadoras refere-se a custos administrativos e outros.

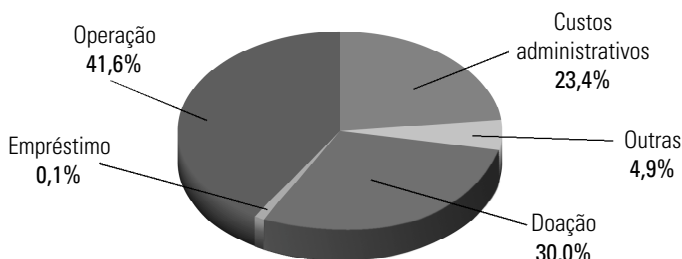
Despesas das organizações		
	R\$	%
Montante das despesas	220.727.139	100,0
Doações	120.395.143	54,7
Empréstimos	58.712	0,0
Projetos operados pela organização	59.053.639	26,8
Custos administrativos	34.224.290	15,5
Outros	6.995.355	3,2

Os dados de despesas financeiras também apontam diferenças importantes entre as organizações sem fins lucrativos de origem empresarial e as demais entidades. O grupo de fundações e institutos empresariais, embora em maior número na pesquisa (há dezenove empresariais e doze não-empresariais), mobiliza uma parcela menor do que as organizações não-empresariais em volume de rendimentos (103,9 milhões de reais contra 128,7 milhões de reais), em montante de despesas (101,4 milhões de reais *versus* 119,3 milhões de reais) e, mais significativamente, no valor absoluto doado (30,4 milhões de reais em comparação a 90 milhões de reais). De fato, as organizações empresariais investem uma parcela menor de seus recursos em doações: enquanto doações representam 30% do montante de suas despesas, esse valor atinge 75% nas organizações sem vínculo empresarial. Nas organizações empresariais, a operação direta é a principal forma de investimento social⁴².

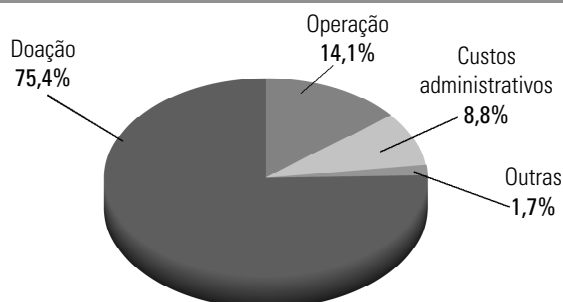
42. O uso da mediana como instrumento de comparação do porte entre as entidades de origem empresarial e as não-empresariais reforça essas tendências: o valor mediano de rendimentos das não-empresariais é quase três vezes maior (9,4 milhões de reais *versus* 3,4 milhões de reais) e o valor das doações supera duas vezes (7,6 milhões de reais *versus* 3,4 milhões de reais).

Isso revela claramente que, a despeito do crescimento vigoroso da filantropia empresarial ocorrido na última década, ainda há mais dinheiro privado não-empresarial disponível para o terceiro setor por meio de doações⁴³.

Despesas nas organizações com vínculo empresarial



Despesas das organizações não-empresariais



Chama a atenção o custo administrativo significativamente mais elevado das organizações empresariais em relação às demais: 23% versus 9%. Isso poderia ser explicado em parte pelo fato de as primeiras tenderem a ser mais operadoras do que doadoras, o que as obrigaria, em princípio, a ter estruturas de apoio à gestão maiores. No entanto, essa hipótese é refutada por outro dado: os custos administrativos das organizações empresariais que têm a doação

43. Quanto a essa afirmação, uma ressalva merece ser feita, embora não a invalide: algumas organizações classificadas como não-empresariais obtêm uma parcela expressiva de seus recursos de empresas. Esse é o caso especialmente da Fundação Abrinq, que, como foi esclarecido no início do capítulo, nasceu de iniciativa empresarial, mas não é subordinada nem a empresas nem à associação empresarial que a instituiu e ainda lhe empresta o nome. Essa é uma exceção e, conforme indica o quadro inferior da página 54, recursos de empresas representam 8,5% do total de rendimentos das organizações não-empresariais.

como atividade central são semelhantes aos daquelas organizações também empresariais que são marginalmente doadoras (16% e 15%, respectivamente). Investimento em instalações, em atividades de apoio (como assessorias de comunicação, por exemplo), gastos maiores na confecção de materiais (relatórios anuais, folhetos, livros, *websites*), em viagens ou mesmo na melhor remuneração dos seus profissionais são outras hipóteses plausíveis dos elevados custos administrativos. As estruturas das fundações de empresas tendem a assemelhar-se mais às empresas do que a ONGs, mas carecem de recursos para as suas atividades tanto quanto as últimas, de acordo com este estudo.

Este estudo buscou ainda identificar se as organizações doadoras praticavam outras formas de financiamento a projetos, como empréstimos em bases não-comerciais (microcrédito, por exemplo). Comprovou a existência de inúmeras organizações governamentais, não-governamentais e, mais recentemente, da iniciativa privada, dedicadas a oferecer crédito para atividades de interesse social. Entre elas destaca-se a rede de organizações não-governamentais conhecida como Ceape (Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), que executa programas de microcrédito em mais de treze cidades do país. Entretanto, ao contrário de alguns países em desenvolvimento, a prática verificada no Brasil é de separação entre as atividades de crédito e doação⁴⁴. Apenas uma organização que concede simultaneamente doações e empréstimos foi encontrada: a Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura e Tecnologia, de Fortaleza (CE), mas o valor emprestado é pouco significativo em comparação com as doações. Por esse motivo, crédito e outras formas de financiamento não são aprofundados neste estudo.

Perfil das doações e acesso aos recursos

.....

■ As organizações estudadas reportam um total de 13.933 solicitações de doação recebidas em 1999 – uma média de 606 solicitações por organização⁴⁵ –, das quais 19,4% foram aprovadas, e entre as fundações e institutos

44. No Equador e nos países asiáticos onde o estudo foi replicado, foi comum encontrar entidades híbridas, dedicadas tanto a conceder doações quanto empréstimos; o caso mexicano, também estudado, revela um setor de organizações doadoras relativamente consolidado e especializado: como no Brasil, não é comum que se dediquem à concessão de empréstimos.

45. Média calculada a partir das 23 respostas a essa questão. O alto número de não respostas pode ser explicado pelo fato de que algumas organizações não registram esse dado, ou ainda porque não acolhem solicitações do público, mas buscam ativamente projetos para financiar.

empresariais foram aprovadas apenas 6,2%, em comparação com uma taxa de 35,5% entre as não-empresariais. Apesar de as primeiras terem recebido um volume maior de solicitações (54,8% do total), elas foram responsáveis por apenas 19,0% das 2.548 doações efetuadas em 1999.

Número de doações, solicitações e aprovações			
	Empresariais	Não-empresariais	Total
Número de solicitações	7.635	6.298	13.933
Porcentagem do total das solicitações	54,8%	45,2%	100%
Porcentagem de aprovação	6,2%	35,5%	19,4%

O valor médio das doações realizadas no período em estudo foi de 47.251 reais. A menor doação registrada teve o valor de 30 reais, e a maior, 3.079.908 reais. As doações de entidades de origem empresarial foram maiores, em média: 62.673 reais *versus* 43.625 reais.

Esses dados reforçam a imagem das entidades de origem empresarial como mais seletivas, menos dispostas a atuarem como “balcão” de financiamento e mais propensas a elegerem poucos parceiros com os quais desenvolvem relações de maior proximidade. Isso as afasta do modelo tradicional de *grantmaker* e aproxima-as do modelo de doador ativo, proposto na introdução.

Do total de doações, 92% foram feitas para organizações sem fins lucrativos, mas também houve doações para indivíduos (apenas 1,3%); 6,7% das doações destinaram-se a outros públicos, como órgãos de governo, com destaque para as escolas da rede pública.

Destinatários das doações	
	%
Organizações sem fins lucrativos	92,0
Indivíduos	1,3
Outros	6,7

Afirma-se freqüentemente que, para afastarem-se do padrão assistencialista e paternalista que caracterizou a filantropia brasileira por muitos anos, as organizações doadoras deveriam operar com transparência, revelando com clareza os critérios de acesso aos recursos. De outro modo, a doação torna-se ato discricionário do doador, sujeito apenas aos seus interesses e preferências,

mesmo que bem-intencionados. A forma de divulgação e o uso de instrumentos gerenciais que assegurem a transparência são indicadores da postura das organizações diante da sociedade.

Entre as organizações brasileiras, as formas mais comuns de divulgação de informação sobre financiamento a solicitantes de recursos são a publicação de relatórios institucionais, utilizados por 65% das organizações, páginas da internet (55%), anúncios em jornais e revistas (52%) e outras publicações próprias (como boletins e malas diretas, também 52%). Apenas 32% das organizações publicam diretrizes e guias para solicitação de recursos – *guidelines* (este, note-se, é um dos meios mais transparentes de divulgação, pois explicita os critérios de julgamento de propostas, além de ser um útil instrumento de gestão, que permite atender demandas do público sem sobrecarregar a equipe técnica com consultas pessoais); 81% publicam relatórios de atividade periódicos (relatório anual ou semestral); e 74% têm suas finanças auditadas com regularidade, embora esses relatórios nem sempre estejam fácil e imediatamente disponíveis ao público interessado.

Formas de divulgação de doações

	%
Relatórios institucionais	65,0
Internet/website	55,0
Publicações próprias	52,0
Jornais e revistas	52,0
Cartazes	19,0
Outras	16,0

Publicações disponíveis (indicadores de transparência)

	%
Relatórios de atividades	81,0
Diretrizes para solicitações	32,0
Demonstrações financeiras auditadas	74,0

Além da doação: projetos e parcerias

■ Como se viu, conceder doações não é atividade central de muitas das organizações estudadas. Com base na constatação de que a maioria das organizações não são *grantmakers* no sentido norte-americano da expressão, o estudo buscou compreender o que elas realizam, além de doar dinheiro a terceiros.

Das organizações estudadas, 77%, além de conceder doações, também executam projetos e programas próprios. É também significativo que 65% das organizações tipicamente *grantmakers* – aquelas que afirmam que doar é uma atividade central de sua missão – também operam projetos e programas, portanto apenas uma pequena minoria das organizações brasileiras é exclusivamente doadora; 13% do total também operam instituições próprias, como escolas, museus e outras unidades de atendimento direto. Inúmeros exemplos podem ser citados, mas cabe destacar o da Fundação O Boticário, que, além de conceder doações para projetos na área de meio ambiente, é proprietária e administradora de uma área florestal de 2.340 hectares em uma região de preservação reconhecida pela Unesco como reserva da biosfera.

Todas as organizações estudadas declararam que fazem parcerias com outras instituições, entendendo-se parceria como uma relação de colaboração entre duas ou mais instituições que não se limita ao repasse de recursos financeiros. Mais do que revelar que a colaboração é uma prática generalizada, esse dado ilustra o desgaste e a ausência do significado preciso da palavra “parceria”, tanto no terceiro setor quanto nos outros: ela pode ser usada para descrever uma relação tanto com um beneficiário quanto com um prestador de serviço, uma relação informal de intercâmbio de informação ou um vínculo formal e hierárquico. A Fundação Odebrecht é uma organização que demonstra praticar um forte sentido de parceria em seus projetos: desde 1999 compôs, em conjunto com o BNDES, a Fundação Kellogg e o Instituto Ayrton Senna, a Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e articula em seus projetos distintos atores, incluindo empresas, ONGs e governos. Além de aportar recursos financeiros, a fundação aplica seu conhecimento e tecnologia empresarial diferenciados para gerar novos empreendimentos com capacidade de auto-sustentação. Filosofia semelhante motiva o Instituto Ayrton Senna: embora seja um financiador expressivo, adota a expressão “parceiro” para os seus apoiados. Seus projetos têm caráter demonstrativo e multiplicador, como o Acelera Brasil, iniciativa inovadora de aceleração de aprendizagem voltada para os problemas da repetência e da

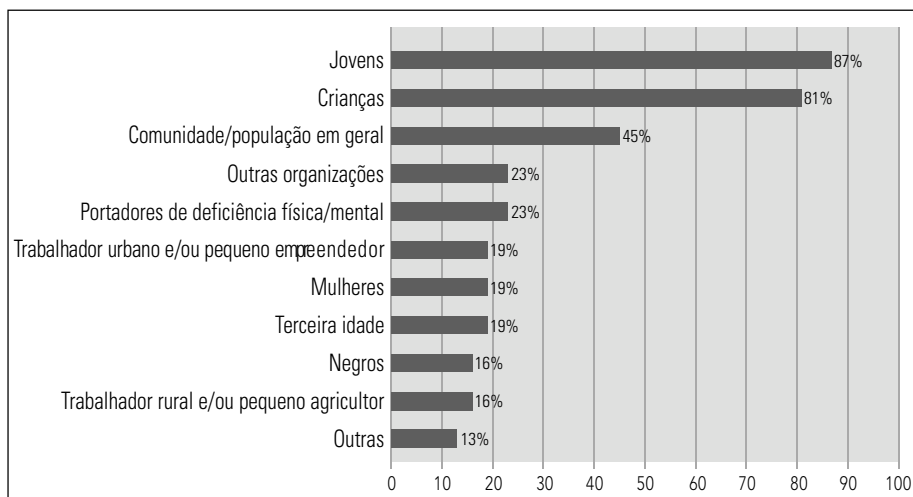
evasão escolar. O Acelera Brasil tornou-se uma das referências de metodologia educacional, ampliada com o aporte de recursos públicos e replicada em um número cada vez maior de municípios.

O tipo de organização escolhida como parceira reflete a identidade e as prioridades das organizações estudadas. Como mostra a tabela abaixo, as parceiras mais frequentes são ONGs ou organizações sem fins lucrativos de apoio técnico (97%). Além delas, as vinculações mais frequentes das organizações de origem empresarial são, surpreendentemente, com a administração pública (74%), seguida por vínculos com outras fundações empresariais e associações comunitárias/populares (ambas com 42%). Todas as doadoras sem origem empresarial vinculam-se a ONG, seguidas por associações comunitárias (58%) e entidades eclesiais e fundações empresariais (50% em ambos os casos). É pouco frequente a realização de parcerias com cooperativas e entidades sindicais.

Tipos de organizações parceiras						
	Empresariais		Não-empresariais		Todas	
	nº	%	nº	%	nº	%
ONG	18	95,0	12	100,0	30	97,0
Administração pública	14	74,0	5	42,0	19	61,0
Associação comunitária/popular	8	42,0	7	58,0	15	48,0
Fundação empresarial	8	42,0	6	50,0	14	45,0
Empresa privada	7	37,0	4	33,0	11	36,0
Multilateral/agência de desenvolvimento	4	21,0	5	42,0	9	29,0
Sindicato/federação/entidade classista de trabalhadores	3	16,0	5	42,0	8	26,0
Igreja/entidade eclesial	1	5,0	6	50,0	7	23,0
Cooperativa	1	5,0	3	25,0	4	13,0
Federação/sindicato patronal	2	11,0	1	8,0	3	10,0
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Projetos, programas ou instituições próprios ou executados em parceria têm públicos e objetivos absolutamente semelhantes àqueles que são apoiados por meio de doação: a educação de jovens e crianças é a principal prioridade (comparar com o quadro superior da página 52).

População-alvo beneficiada por projetos próprios



Pode-se concluir que as organizações aqui estudadas como doadoras tendem a não distinguir a doação a terceiros de recursos investidos em projetos e programas próprios: empresas e empresários vêem como “doação” todos os recursos que aplicam no social, ao passo que entidades privadas não-empresariais consideram a doação um meio, entre outros, de alcançar um objetivo social. Muitas rejeitam a caracterização e algumas são, de fato, apenas marginalmente doadoras.

A diferenciação aqui feita entre doação a terceiros e operação própria, mais do que uma classificação de interesse acadêmico, é relevante para compreender o papel que um pequeno mas influente conjunto de organizações sem fins lucrativos brasileiras desempenha no fomento e no fortalecimento do terceiro setor e para entender o poderoso – e pouco valorizado – instrumento de intervenção social da doação.

CONCLUSÃO

■ Os capítulos anteriores trataram de um tema ao mesmo tempo familiar e desconhecido no Brasil: as organizações privadas brasileiras, sem fins lucrativos, doadoras de recursos. Familiar, porque as *grantmakers* formam um dos segmentos mais visíveis do terceiro setor, mas também desconhecido, porque, tal como o próprio terceiro setor, elas não foram estudadas de forma sistemática até hoje, e há pontos obscuros sobre seu perfil e sua atuação. Se o terceiro setor ainda é extremamente carente de informações confiáveis a seu respeito, isso vale também para quase todos os subsetores que o compõem. Com o surgimento dos primeiros estudos abrangentes sobre o perfil desse setor – com destaque para o projeto comparativo da Universidade Johns Hopkins e do Iser –, o desafio agora consiste em reconhecer melhor cada uma das unidades constitutivas do terceiro setor. Este trabalho se enquadra nessa prioridade, ao estudar as organizações doadoras, ou *grantmakers*, sob um marco conceitual e metodológico comparativo, e propõe-se contribuir para o fortalecimento dessas organizações no país.

Os resultados da pesquisa apontam para alguns fatos relevantes sobre as organizações doadoras no Brasil – aqui resumidos – e sugerem uma agenda de ação, apresentada em seguida, a título de conclusão.

Há grantmakers brasileiras, e sua atuação é significativa

No início do estudo não se sabia quantas organizações doadoras brasileiras seriam encontradas e, por conseguinte, se o próprio conceito de *grantmaker* seria de alguma relevância no país. Encontraram-se mais de trinta organizações

responsáveis por acima de duas centenas de milhões de reais em doações para outras organizações sem fins lucrativos e indivíduos.

Se, aparentemente, não há tradição de *grantmakers* no país, deve-se notar a emergência de organizações doadoras como um fato recente e relevante. A maioria das organizações identificadas são novas e é plausível crer que o volume de recursos doados vem aumentando nos últimos anos, acompanhando o próprio crescimento do terceiro setor. Isso deverá ser verificado em estudos posteriores. As organizações financiadoras influenciam o desenvolvimento do terceiro setor como um todo e, quando atuam com autonomia, dão maior independência ao setor, permitindo que este represente melhor os interesses e necessidades da sociedade civil. Vive-se, portanto, um momento de fortalecimento de um dos pilares mais importantes do terceiro setor e, conseqüentemente, da sociedade civil organizada.

As organizações têm caráter misto: entre doadoras e operadoras

A rigor, não existem *grantmakers* “puras” no Brasil, ou seja, que não realizam outra atividade além do financiamento de projetos por meio da doação de recursos. A maioria das entidades estudadas afirma que conceder doações é uma atividade central para o cumprimento de suas missões, mas executa projetos e programas próprios ou em parceria com outras organizações. A própria noção de parceria é usada de forma elástica: ora se refere a uma ação que envolve doação, ora a outros tipos de relação interorganizacional. É significativo que muitas organizações que doam recursos preferem não ser identificadas perante o público como doadoras. Isso ocorre, por um lado, em virtude da valoração ambígua dada à noção de doação no Brasil, freqüentemente comparada a uma forma de relação paternalista e ineficaz de atuação social, e, por outro, porque a maioria das organizações prefere assumir um papel mais ativo na identificação de projetos e não busca uma publicidade que elevaria o número de solicitações muito acima da sua capacidade de atendimento.

A “filantropia empresarial” representa uma importante – mas não a única – parcela dos recursos doados

A maioria das organizações estudadas é do tipo fundação ou instituto empresarial, criado, mantido e controlado por empresas privadas nacionais e multinacionais. Mas elas não representam a totalidade das organizações doadoras brasileiras, nem são responsáveis pela maior parte dos recursos doados. Há também entidades que têm raízes empresariais, mas que hoje desfrutam de total autonomia em relação aos seus instituidores e operam como verdadeiras fundações

independentes. Além das entidades empresariais, há as de origem familiar, religiosa, ou criadas por outros grupos. Muitas organizações estudadas têm origem mista, com vínculos com governos, empresas e entidades internacionais.

As fundações e os institutos empresariais têm maneira própria de agir

Nos anos 90, as fundações e os institutos empresariais foram os principais promotores de uma nova cultura de profissionalização do terceiro setor e da adoção de conceitos e práticas do mundo dos negócios na gestão de entidades sociais sem fins lucrativos. Foram também promotores dos novos ideais de responsabilidade social empresarial que extrapolam a doação para entidades e projetos sociais e envolvem a inserção mais ampla das empresas na realidade social em que atuam – a chamada “cidadania empresarial”. Contrariando a visão até há pouco dominante de que o empresário brasileiro nunca precisou preocupar-se com questões sociais, por estar abrigado sob um Estado protecionista e repressor de quaisquer distúrbios à ordem pública, a cidadania empresarial apresenta-se como um movimento de protagonismo do empresariado na esfera do social.

Como “braços sociais” de empresas, as fundações e os institutos tendem a estar sujeitas a prioridades ligadas a interesses legítimos de suas mantenedoras, como a construção de uma imagem corporativa para o público interno e externo ou a associação de apelos e causas sociais às suas marcas e produtos. É previsível, portanto, que essas organizações se diferenciem de suas contrapartes não-empresariais em aspectos relevantes de sua atuação.

Em relação às demais *grantmakers*, as fundações e os institutos empresariais claramente são mais operadores que financiadores: a doação tende a ser uma atividade secundária ou uma consequência do envolvimento da organização em algum projeto ou parceria. As doações que realizam, por sua vez, tendem a ser mais volumosas, mas em menor número, do que as realizadas pelas organizações não-empresariais. Embora contem, muitas vezes, com sinergias e compartilhamento de recursos com as empresas mantenedoras, as organizações empresariais também possuem estruturas de operação mais caras e custos administrativos mais elevados que as demais organizações doadoras, o que reduz a eficiência de seus investimentos.

Recursos internacionais ainda desempenham um papel importante

A maior parte dos recursos das organizações doadoras brasileiras tem origem nacional, tanto de empresas privadas como de outras organizações domésticas, o que indica um amadurecimento do terceiro setor no país. Fontes

internacionais de financiamento, no entanto, ainda são responsáveis por uma parcela significativa dos recursos das organizações doadoras. Essas fontes representam mais da metade dos recursos das organizações não-empresariais e constituem a fonte predominante de algumas das maiores doadoras brasileiras, o que atesta a importância de seu papel. A capacidade de atrair recursos internacionais pode ainda estar relacionada ao grau de credibilidade das organizações, o que lhes permite atingir uma escala de operação e um grau de autonomia maiores do que os proporcionados por fontes nacionais.

Com a constatação de que o Brasil é um país rico, que não depende de ajuda externa e de cooperação internacional, é preciso compreender melhor o papel que desempenham os recursos dessas fontes. É comum afirmar-se que os recursos internacionais de cooperação técnica e assistência tenderão a representar uma fração cada vez menor do financiamento disponível para o terceiro setor no Brasil, mas as organizações internacionais podem ter uma função importante na promoção da filantropia doméstica, ao potencializar a substituição dos recursos internacionais por fontes brasileiras.

As grantmakers ainda enfrentam desafios para sua consolidação

A maioria das *grantmakers* brasileiras encontra-se ainda em uma posição de fragilidade organizacional: a maioria delas são instituições muito jovens, dependentes de uma única ou de poucas fontes de recursos, às quais encontram-se, muitas vezes, subordinadas formalmente ou de fato. Poucas organizações têm patrimônio próprio em escala significativa, ou capacidade de gerar receita própria por meio de fundos patrimoniais. A pequena autonomia financeira das organizações doadoras brasileiras reforça essa fragilidade, acarreta a subordinação aos interesses de terceiros, mantenedores ou não, e impõe riscos permanentes à sustentabilidade de longo prazo das organizações.

O papel da doação como condição para o fortalecimento do terceiro setor é pouco conhecido no Brasil, e muitas organizações detentoras de recursos preferem executar diretamente seus projetos e programas, ao passo que as organizações sem fins lucrativos encontram poucas fontes de financiamento nacionais e por isso recorrem, para suprir suas necessidades, a financiadores internacionais. Curiosamente, a existência de financiamento internacional é usada como argumento para desqualificar a ação de ONGs e movimentos sociais brasileiros, como se aqueles recursos representassem interesses externos, não genuinamente brasileiros. Claro está que o acesso a recursos nacionais é fortemente seletivo, e sujeito ao crivo de seus detentores.

Existem preocupações relativas à transparência das organizações doadoras,

bem como pelas suas políticas e pelos seus procedimentos de tomada de decisão sobre financiamentos. Se não houver um esforço de sintonização de suas prioridades com as demandas sociais mais amplas, a filantropia privada corre o risco de contribuir para a reprodução de desigualdades e, mantendo exclusões, contrariar o seu próprio discurso.

Embora o conceito moderno de investimento social se afaste da postura passiva do doador tradicional, em que este apenas aguarda a chegada de propostas de financiamento, e tenda cada vez mais para uma posição ativa e interventora no financiamento, as organizações doadoras ainda devem manter uma postura aberta para receberem solicitações e manterem-se informadas sobre demandas da sociedade e do terceiro setor.

Apesar da estranheza que a idéia de doação possa causar no atual estágio de desenvolvimento do terceiro setor no Brasil, em que se fala em auto-sustentabilidade e profissionalização, e não obstante a vontade intelectual necessária à adaptação de conceitos estrangeiros para descrever as nossas *grantmakers*, esse é um segmento do terceiro setor que merece atenção maior do que tem recebido até o presente. Essas organizações não devem ser vistas apenas como fontes de recursos para o financiamento de projetos sociais, mas encaradas como um elemento constitutivo vital e um centro de poder dentro do próprio terceiro setor.

Uma agenda de futuro para as *grantmakers* começa com a melhor compreensão do papel dessas organizações, além de seu mero papel de financiador.

A vitalidade do terceiro setor e a sua capacidade de representar e atender os mais diversos segmentos da sociedade civil brasileira, em particular aqueles que se encontram excluídos de meios de participação formal, dependem também do fortalecimento de um setor autônomo de organizações sem fins lucrativos financiadoras.

Não se trata de diminuir a importância das outras fontes de recursos, como o governo ou a geração de receita própria mediante a prestação de serviços. Essas fontes podem mesmo ser mais significativas no conjunto de recursos mobilizados pelo terceiro setor, mas sujeitam-no a pressões políticas e comerciais que podem ser contrabalançadas pelos recursos provenientes de doações. Tampouco se trata de menosprezar a filantropia praticada por empresas. Pelo contrário, ela é bem-vinda. O investimento social empresarial inscreve-se em um movimento em que as empresas assumem uma posição cada vez mais hegemônica na sociedade contemporânea e tomam consciência da sua responsabilidade social. A própria noção de “investimento social”, proposta originalmente pelas entidades empresariais, revoluciona a maneira

de agir de organizações doadoras, pois indicam formas de atuação de maior impacto e mobilizam recursos e talentos de maneira mais ampla do que o simples repasse de dinheiro. Com a revolução nas tecnologias de informação, fala-se agora em *e-philanthropy*, *venture philanthropy*, e novas práticas de gestão, introduzidas por empresas e entidades empresariais e incorporadas a uma velocidade crescente pelo terceiro setor. Mas este não pode ser reduzido a “braço” de qualquer outro setor, seja do Mercado, seja do Estado.

A pluralidade de identidades, interesses, valores e formas de agir é que qualifica o terceiro setor como verdadeiro veículo de participação da sociedade civil. Essa pluralidade deve ser preservada e estimulada. É possível que o principal potencial de impacto do terceiro setor – por maior que seja a quantidade de recursos disponíveis – não esteja no atendimento direto de demandas sociais e na superação da pobreza no seu sentido puramente econômico, mas na capacidade de organizar e mobilizar a sociedade civil para a superação da exclusão social em suas manifestações mais amplas. O principal papel do terceiro setor é contribuir para formar cidadãos plenos.

Entre as *grantmakers* brasileiras nota-se uma presença forte de recursos de origem empresarial e internacional, em comparação com outras fontes, como indivíduos, famílias e outros grupos organizados. É no desenvolvimento da filantropia privada – praticada por indivíduos e, em termos quantitativos, a mais significativa das fontes de doação – que deve ser concentrado maior esforço no futuro. Isso representa a promoção de uma mudança cultural, que requer tempo para se concretizar, na forma de realizar atos de caridade privada, transformando-os em formas efetivas de participação cidadã e de mudança social. O fortalecimento da autonomia das organizações doadoras, por meio do estímulo à criação de fundos patrimoniais construídos com base em doações de indivíduos e de heranças, é também um projeto de longo prazo, mas se mostra absolutamente necessário para a vitalidade do terceiro setor no Brasil.

A consolidação de uma cultura de doações privadas depende, sem dúvida, de mudanças da legislação pertinente ao terceiro setor, mas não se limita a isso. O reclamo cada vez mais presente de uma legislação generosa para as doações privadas às organizações sem fins lucrativos, mediante incentivos fiscais, terá pouco efeito se não forem tomadas medidas de caráter mais amplo no marco regulatório do terceiro setor que visem especialmente à maior transparência da atuação dessas organizações. Essas medidas não implicam apenas mudanças e aperfeiçoamentos da legislação, mas também um esforço de auto-regulação do próprio terceiro setor. Caso contrário, as

organizações sem fins lucrativos podem ser sujeitadas não só a leis pouco generosas, mas também punitivas e tuteladoras.

Finalmente, ainda é necessário entender melhor o impacto da ação das organizações doadoras no plano amplo das políticas públicas: *em quais áreas sua ação é capaz de atingir melhores resultados? Em quais, por outro lado, alcançam resultados insuficientes? Qual a escala ideal dos projetos apoiados pela ação privada? Qual a forma ideal de relação com o Estado e o Mercado para alcançar melhores resultados?* Essas e outras questões devem ser respondidas não só por estudos posteriores, mas por uma ação de investimento social preocupada em identificar e documentar impactos e resultados de maneira sistemática que contribua para o aperfeiçoamento contínuo das práticas. Este estudo não é mais que um pequeno passo na direção da consolidação das *grantmakers* no Brasil.

Bibliografia

Referências bibliográficas

- BAILEY, Michael e LANDIM, Leilah. *Agências internacionais não-governamentais de desenvolvimento atuando no Brasil – Cadastro*. Rio de Janeiro: Oxfam/Iser, 1995.
- CEATS-USP. *Atuação social e voluntariado: Estratégias de empresas no Brasil*. São Paulo: Ceats-USP, GIFE, Senac-SP, Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária e Ciec, 1999.
- DUPREE, A. Scott e WINDER, David. *Foundation building sourcebook: A practitioners guide based on experience from Africa, Asia and Latin America*. Nova York: Synergos Institute, 2000.
- FALCONER, Andres. *A promessa do terceiro setor: Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. São Paulo: Dissertação de mestrado, Departamento de Administração, FEA-USP, 1999.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Civicus, 1994.
- GIFE. *Investimento social privado no Brasil – Perfil e catálogo dos associados GIFE*. São Paulo, 2001
- HARVARD BUSINESS SCHOOL. *Harvard Business Review on Nonprofits*. Boston: Harvard Business School Publishing, 1999.
- IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º Setor: Desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- KOTHER, Maria C. M. de Farias. *Aspectos da estrutura e do funcionamento das fundações privadas no Brasil*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.
- LANDIM, Leilah e BERES, Neide. *As organizações sem fins lucrativos no Brasil: Ocupações, despesas e recursos*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- MEYER, Carrie. *The economics and politics of NGOs in Latin America*. Westport: Praeger, 1999.
- PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações e entidades de interesse social: Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
- RAFAEL, Edson José. *Fundações e direito*. São Paulo: Melhoramentos, 1997.
- SALAMON, Lester M., ANHEIER, Helmut K., LIST, Regina, TOEPLER, Stefan, SOKOLOWSKI, S. Wojciech e Associados. *Global civil society: Dimensions of the nonprofit sector*. Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999.
- SMITH, Craig. “The new corporate philanthropy.” *Harvard Business Review*. Cambridge: Harvard Business School, maio/junho, 1994.
- SZAZI, Eduardo. *Terceiro setor: Regulação no Brasil*. São Paulo: GIFE/Peirópolis, 2000.
- WINDER, David. *Civil society resource organizations (CSROs) and development in Southeast Asia: A summary of findings*. Nova York: Synergos Institute, 1998.

Cadastros e diretórios impressos

ABONG. *ONGs: Um perfil – Cadastro das associadas à Abong*. São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, 1998

AMARAL, Guida e ZATZ, Lia. *Support: Guia de financiadores*. São Paulo: Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas, 1999.

FIJO. *Guia das fundações brasileiras 1996*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, Centro de Estudos e Pesquisas sobre Fundações, 1996.

FUNDAMIG. *Parceiros para o desenvolvimento: Construindo a solidariedade para o novo milênio*. Belo Horizonte: Federação Mineira de Fundações de Direito Privado, 2000.

SYNERGOS INSTITUTE e GIFE. *Seminário: Recursos privados para fins públicos – Fortalecendo fundações e institutos no Cone Sul – Informe final*. São Paulo: Synergos Institute/GIFE, 1998.

Fontes eletrônicas

Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) – Levantamento de Fundos Públicos e Privados: www.abong.org.br

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) – Diretório de associados: www.gife.org.br/associados_menu.asp

Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) – Catálogo de instituições: www.rits.org.br

Synergos Institute – Global Philanthropy Foundation Database: www.synergos.org/globalphilanthropy/database

DIRETÓRIO DE ORGANIZAÇÕES

Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária

Superintendente: Célia Marisa de Ávila

Endereço: Alameda Ministro Rocha Azevedo, 38
São Paulo – SP
01410-000
Telefone: (11) 286-0766
Fax: (11) 286-0766
aapcs@aapcs.org.br
www.aapcs.org.br

Ano de fundação: 1995

Missão

Contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade social através da viabilização de cursos destinados à capacitação profissional de jovens de 16 a 21 anos, de baixa renda e escolaridade, para os quais existem poucas oportunidades de cursos profissionalizantes. Contribuir para o fortalecimento da sociedade civil através do desenvolvimento de competências de profissionais que atuam em organizações sociais.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input checked="" type="checkbox"/> outra(s) |

-
- Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 40.325.694,01.
 - Porcentagem de recursos destinados a doações: 92,8%.
 - Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 2,7%.
 - Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 792.

Principais fontes de recursos

Nacionais (44,1%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (55,9%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

48 em tempo integral
239 em tempo parcial
114 voluntários

Outras atividades

A organização opera o programa “Capacitação Solidária”, que tem com objetivo financiar projetos de capacitação profissional para jovens de 16 a 21 anos (de baixa renda e escolaridade), selecionados através de concursos públicos, sediados nas grandes regiões metropolitanas do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Belém, São Luís, Salvador e Grande Aracaju.

Cáritas Brasileira

Diretor executivo nacional: José Magalhães de Sousa

Endereço: SDS – Bloco P – Ed. Venâncio III – Salas 410/414
Brasília – DF
70393-900
Telefone: (61) 226-5008
Fax: (61) 226-0701
caritasanadete@yawl.com.br
www.caritasbrasileira.org

Ano de fundação: 1956

Missão

A Cáritas Brasileira, testemunhando e anunciando o Evangelho da Esperança de Jesus Cristo, compromete-se a promover e animar o serviço da solidariedade ecumênica libertadora e participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todas as pessoas, a caminho do reino de Deus.

Público-alvo

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input checked="" type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> educação e treinamento | <input checked="" type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input checked="" type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input checked="" type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input checked="" type="checkbox"/> microcrédito | <input checked="" type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

-
- Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 235.389,56.
 - Porcentagem de recursos destinados a doações: 70%.
 - Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.
 - Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 100.

Principais fontes de recursos

Nacionais (20%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (80%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

16 em tempo integral

Outras atividades

A organização opera programas e projetos dentro das seguintes linhas de atuação: construção e conquista de relações democráticas e de políticas públicas, fortalecimento institucional da Caritas, formação de agentes para a prática da solidariedade, valorização e promoção da economia popular solidária, atuação nas áreas de emergências naturais e sociais, desenvolvimento da cultura da solidariedade, convivência com o semi-árido.

Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris)

Diretor executivo: Luiz Alberto Gómez de Souza

Endereço: Rua Dr. Júlio Ottoni, 571 – Santa Teresa
Rio de Janeiro – RJ
20241-400
Telefone: (21) 558-2196
Fax: (21) 285-7276
ceris@ceris.org.br
www.ceris.org.br

Ano de fundação: 1962

Missão

Contribuir para que os setores mais pobres e excluídos da sociedade obtenham melhoria de suas condições de vida através do estímulo a reflexões e práticas sociais transformadoras.

Público-alvo

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input checked="" type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input checked="" type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input checked="" type="checkbox"/> terceira idade | <input checked="" type="checkbox"/> outras organizações |
| <input checked="" type="checkbox"/> mulheres | <input checked="" type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input checked="" type="checkbox"/> outro(s) portadores de HIV-AIDS |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input checked="" type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input checked="" type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input checked="" type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input checked="" type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 2.500.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 24%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 64%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 21.

Principais fontes de recursos

Nacionais (36,5%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (63,5%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

36 em tempo integral

7 em tempo parcial

Outras atividades

Desenvolve pesquisas sociais e religiosas, análise, monitoramento e avaliação de experiências populares e pastorais, assessoria a movimentos sociais e eclesiais, financiamento e apoio a pequenos empreendimentos.

Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese)

Secretária executiva: Eliana Rolemberg

Endereço: Rua da Graça 164 – Graça
Salvador – BA
40080-410
Telefone: (71) 336-5457
Fax: (71) 336-0733
cese@cese.org.br
www.cese.org.br

Ano de fundação: 1973

Missão

Afirmar a vida e promover a plena cidadania, o desenvolvimento sustentável e justo e a democracia, com respeito integral aos direitos humanos. A organização busca canalizar recursos para o apoio a projetos sociais do movimento popular organizado, assim como contribuir para a articulação de atores de sua rede de relações.

Público-alvo

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input checked="" type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input checked="" type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input checked="" type="checkbox"/> outras organizações |
| <input checked="" type="checkbox"/> mulheres | <input checked="" type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input checked="" type="checkbox"/> outro(s) Populações indígenas, pescadores artesanais e extrativas. |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input checked="" type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input checked="" type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input checked="" type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input checked="" type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input checked="" type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 4.830.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 66%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 15%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 495.

Principais fontes de recursos

Nacionais (2%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (98%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

26 em tempo integral

1 voluntário

Outras atividades

A organização opera programas tanto no âmbito da formação através da realização de encontros temáticos, seminários, consultorias a lideranças religiosas e populares, quanto na área de capacitação, avaliação e assessoria em projetos.

Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Diretor executivo nacional: Jorge Durão

Endereço: Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
22270-070
Telefone: (21) 286-1441
Fax: (21) 286-1209
fase@fase.org.br
www.fase.org.br

Ano de fundação: 1961

Missão

Construir uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável que contemple a justiça social, a sustentabilidade do meio ambiente, a ampliação da cidadania, a autodeterminação dos povos e o diálogo intercultural entre as diferentes sociedades civis.

Público-alvo

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input checked="" type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input checked="" type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input checked="" type="checkbox"/> outras organizações |
| <input checked="" type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input checked="" type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input checked="" type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input checked="" type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input checked="" type="checkbox"/> serviços legais |
| <input checked="" type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 6.613.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 9,9%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 82,1%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 215.

Principais fontes de recursos

Nacionais (8,4%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (91,6%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

103 em tempo integral

Outras atividades

Opera diversos programas em variados setores, tais como organização de cooperativas e incentivo a alternativas para geração de renda, desenvolvimento de projetos que visam melhorar a qualidade de vida nas cidades e pesquisa de formas de desenvolvimento sustentável, entre outros

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança

Diretor presidente: Hélio Mattar

Endereço: Rua Lisboa, 224 – Jardim América
São Paulo – SP
05413-000
Telefone: (11) 881-0699
Fax: (11) 881-0699
info@fundabrinq.org.br
www.fundabrinq.org.br

Ano de fundação: 1990

Missão

Promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input checked="" type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input checked="" type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input checked="" type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 8.780.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 34%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 47%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 115.

Principais fontes de recursos

Nacionais (87%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (13%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Tamanho do fundo patrimonial em 1999

R\$ 1.000.000,00

Número de funcionários

59 em tempo integral

Outras atividades

A organização opera diversos projetos e programas que visam promover direitos elementares de crianças e adolescentes. Alguns dos principais programas são:

- Programa Empresa Amiga da Criança: compromisso social e empresarial para erradicação do trabalho infantil e investimentos em projetos sociais para crianças e adolescentes.
- Programa Nossas Crianças: mobilização de pessoas e de empresas que visa à melhoria de condições de vida para crianças por meio de um sistema de adoção financeira de crianças.
- Programa Crer para Ver: melhoria da educação pública por meio da participação da sociedade civil e do diálogo e articulação com autoridades públicas.
- Biblioteca Viva: ampliação das oportunidades culturais e educacionais de crianças e adolescentes mediante o acesso a livros de qualidade e a leitura assistida por educadores qualificados.

Fundação BankBoston

Presidente: Marcelo Santos

Endereço: Rua Libero Badaró, 425 – 19º andar – Centro
São Paulo – SP
01009-000
Telefone: (11) 3118-4181/4178
Fax: (11) 3118-4172
fundacao@bkb.com

Ano de fundação: 1978

Missão

Expressar o compromisso do BankBoston com a responsabilidade social empresarial através da formulação e o controle das políticas públicas no país, atuar no campo dos direitos fundamentais da pessoa humana e promover a equidade social.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input checked="" type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input checked="" type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input checked="" type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 5.362.630,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 48,3%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 48,3%.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

9 em tempo integral

Outras atividades

A fundação atua na formulação de programas e projetos sociais e na busca de parcerias para sua implementação. Além disso, gerencia projetos sociais e um programa de voluntariado dos funcionários do banco.

Fundação Belgo-Mineira

Presidente: Álvaro Antônio Saldanha Machado

Endereço: Avenida Carandaí, 1115 – 24º andar – Bairro Funcionários

Belo Horizonte – MG

30130-915

Telefone: (31) 3219-1426

Fax: (31) 3219-1337

fundacao@belgomineira.com.br

www.fundacaobelgomineira.org.br

Ano de fundação: 1988

Missão

Desenvolver esforços em prol das comunidades de modo a contribuir para a sua integração econômica, cultural, social, política e pedagógica.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 3.500.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 9%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 48%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 13.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

6 em tempo integral

24 em tempo parcial

26 cedidos pela mantenedora

Outras atividades

Opera programas na área da educação que visam reduzir o índice de fracasso escolar de jovens de 7 a 14 anos de escolas públicas nos municípios onde a empresa atua. A organização também promove o engajamento dos funcionários da Belgo-Mineira e empresas fornecedoras em ações de voluntariado.

Fundação Beneficente Heydenreich

Presidente do conselho: Dietmar Heydenreich

Endereço: Rua Dr. Guilherme Bannitz, 126 – Conjunto 71
São Paulo – SP
04532 060
Telefone: (11) 3849-3972
Fax: (11) 3849-4015
fund_heydenreich@uol.com.br
www.fbh.org.br

Ano de fundação: 1929

Missão

Atender unidades assistenciais que cuidam de crianças e adolescentes carentes. Implantar projetos – centros de informática em unidades assistenciais e em escolas públicas selecionadas. Assessorá-las na captação de recursos e no planejamento estratégico. O trabalho da fundação é permitir que as crianças e adolescentes carentes tenham acesso à informática, à informação ao conhecimento e à cidadania.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input checked="" type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 200.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 80%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 10.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

1 em tempo integral

3 em tempo parcial

4 voluntários

Outras atividades

A fundação assessora unidades assistenciais e escolas públicas na captação de recursos e no planejamento estratégico.

Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura e Tecnologia

Diretor executivo: Mário Gurjão Filho

Endereço: Avenida Senador Virgílio Távora, 1701 – Sala 404
Fortaleza – CE
60170-251
Telefone: (85) 268-2625
Fax: (85) 261-0923
fbc@secrel.com.br
www.brasilcidadao.org.br

Ano de fundação: 1996

Missão

Contribuir para o aperfeiçoamento e o progresso duradouro das pessoas físicas e jurídicas na busca do exercício pleno da cidadania, da melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da população brasileira.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input checked="" type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input checked="" type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input checked="" type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 587.120,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 35%.

Porcentagem de recursos destinados a empréstimos: 10%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 25%.

Principais fontes de recursos

Nacionais (75%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (25%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

5 em tempo integral

Outras atividades

Em seu programa, investe na formação de jovens empreendedores vindos de família de baixa renda.

Fundação Clemente Mariani

Diretora-presidente: Maria Clara Mariani Bittencourt

Endereço: Rua Miguel Calmon, 57 – 2º andar – Bairro do Comércio
Salvador – BA
40015-010
Telefone: (71) 243-2666
Fax: (71) 243-2987
fcm@fcmariani.org.br
www.fcmariani.org.br

Ano de fundação: 1990

Missão

Desenvolver ou apoiar ações relevantes para a promoção da democracia e da cidadania nas áreas cultural, educacional e social.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input checked="" type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input checked="" type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input checked="" type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input checked="" type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 1.051.024,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 6%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 63%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 4.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

13 em tempo integral

7 em tempo parcial

Outras atividades

Desenvolve programas que visam estimular o poder público municipal a organizar-se para responder de maneira apropriada às exigências das legislações estaduais e federais, assim como às demandas da comunidade.

Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania

Presidente: Matheus Cotta de Carvalho

Endereço: Rua 21, nº 10 – 13º andar – Vila Santa Cecília
Volta Redonda – RJ
27260-610
Telefone: (24) 3344-6083/5978
Fax: (24) 3344-6470
fundacao@csn.com.br
www.fundacaocsn.org.br

Ano de fundação: 1961

Missão

Ser o elo social da CSN em âmbito nacional e especialmente nas comunidades onde se insere, atuando nas áreas de educação para o trabalho, educação por meio da cultura, educação para o meio ambiente e educação para o desenvolvimento comunitário, visando à formação da cidadania.

Público-alvo

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input type="checkbox"/> jovens | <input checked="" type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input checked="" type="checkbox"/> terceira idade | <input checked="" type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input checked="" type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 28.080.865,78.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 0,54%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 48,89%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 76.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

322 em tempo integral

2 cedidos pela mantenedora

Outras atividades

A fundação mantém um centro de saúde oral, duas escolas profissionalizantes e de ensino médio, um centro cultural, uma banda sinfônica e galeria de artes. Além disso, desenvolve atividades de proteção, preservação e recuperação do remanescente de mata atlântica, Floresta da Cicuta, e está implantando o Centro de Educação Ambiental. No ano de 1999, a fundação mantinha um hospital, que foi vendido em março de 2000.

Fundação Educar DPaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e Meio Ambiente

Presidente: Luis Norberto Pascoal

Endereço: Rua Maria Bibiana do Carmo, 305 – Parque Industrial
Campinas – SP
13031-720
Telefone: (19) 3272-0444/0764
Fax: (19) 3272-0444
fundacao@educar.com.br
www.educar.com.br

Ano de fundação: 1989

Missão

Através de projetos educacionais, estimula mudanças de comportamento para o desenvolvimento do protagonismo e da co-responsabilidade social da sociedade civil.

Público-alvo

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input checked="" type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input checked="" type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 1.455.036,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 12%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 71%.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

10 em tempo integral

Outras atividades

A fundação opera um programa de desenvolvimento do protagonismo juvenil e possui duas instituições: Editora Educar DPaschoal, que publica livros infantis, e o Instituto Solidariedade, que opera programa de alimentação a famílias carentes.

Fundação Feac – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas

Superintendente: Arnaldo Rezende

Endereço: Rua Odila Santos de Souza Camargo, 34 – Jardim Brandina
Campinas – SP
01393-640
Telefone: (19) 3794-3500
Fax: (19) 3794-3535
feac@feac.org.br
www.feac.org.br

Ano de fundação: 1964

Missão

A Fundação Feac tem como objetivos a promoção humana, a assistência e o bem-estar social, com prioridade à criança e ao adolescente carentes da região de Campinas, congregando entidades que tenham o mesmo objetivo da fundação e executando projetos próprios.

Público-alvo

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input checked="" type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input checked="" type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input checked="" type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input checked="" type="checkbox"/> saúde pública | <input checked="" type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 8.664.640,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 75%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 5%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 100.

Principais fontes de recursos

Nacionais (84%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (16%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Tamanho do fundo patrimonial em 1999

R\$ 2.228.652,00

Número de funcionários

55 em tempo integral

5 voluntários

Outras atividades

A organização realiza estudos, pesquisas e projetos, bem como coordena trabalhos de promoção, assistência e bem-estar social. Estimula a criação de entidades, obras e serviços de natureza social que atinjam setores carentes da comunidade e proporciona às entidades filiadas orientação e assistência jurídica, administrativa, contábil, técnica e outras.

Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho

Diretor executivo: Léo Voigt

Endereço: Avenida Getúlio Vargas 1620 – 4º piso – Menino Deus
Porto Alegre – RS
90150-004
Telefone: (51) 218-6474/6472
Fax: (51) 218-6488
fundacao@fmss.org.br
www.fmss.org.br

Ano de fundação: 1987

Missão

Promover ações no campo do desenvolvimento social auto-sustentado voltadas à construção da cidadania e à implementação de programas que visem ao atendimento dos direitos sociais básicos.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input checked="" type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 3.395.829,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 9%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 29%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 30.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

7 em tempo integral

9 em tempo parcial

Outras atividades

A fundação realiza apoio técnico a ONGs que realizem projetos inovadores no campo do desenvolvimento sustentável e utiliza os veículos de comunicação da RBS na mobilização social para a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

Diretor técnico: Miguel Serediuk Milano

Endereço: Avenida Rui Barbosa, 3450 – Afonso Pena
Curitiba – PR
83065-260
Telefone: (41) 381-7396/7000
Fax: (41) 382-4179
fundacao@fbpn.org.br
www.fbpn.org.br

Ano de fundação: 1990

Missão

Promover e realizar a conservação da natureza para garantir a vida na Terra.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input checked="" type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> educação e treinamento | <input checked="" type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 2.765.096,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 26%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 12%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 72.

Número de doações destinadas a indivíduos: 19.

Principais fontes de recursos

Nacionais (88%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (12%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Tamanho do fundo patrimonial em 1999

R\$ 2.931.346,00

Número de funcionários

7 em tempo integral
2 em tempo parcial
8 cedidos pela mantenedora
58 voluntários

Outras atividades

Desenvolve projetos de proteção a áreas naturais, de incentivo à conservação e de educação e mobilização da sociedade para questões ambientais.

Fundação Odebrecht

Superintendente: Neylar Vilar Lins

Endereço: Avenida Luiz Viana Filho, 2841 – Paralela
Salvador – BA
41730-900
Telefone: (71) 206-1556
Fax: (71) 206-1668
fundacao@odb.com.br
www.odebrecht.com.br/fundacao.htm

Ano de fundação: 1965

Missão

Contribuir para a promoção da educação de adolescentes para a vida visando à sua formação como cidadãos responsáveis, conscientes, solidários, produtivos e participativos, que realizem sua capacidade de construir famílias aptas a formar uma nova geração educada, sadia e estruturada para a vida produtiva, promover permanentemente seu autodesenvolvimento, contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Público-alvo

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input checked="" type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input checked="" type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 8.539.560,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 86%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 2%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 7.

Principais fontes de recursos

Nacionais (99%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (1%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

18 em tempo integral

Outras atividades

A fundação apóia projetos educacionais para jovens através da participação na sua concepção, acompanhamento e avaliação, bem como na formação de consórcios de parceiros e articulação política.

Fundação Orsa

Presidente: Bernadete de Lourdes Montagnana Cássia

Endereço: Avenida Deputado Emílio Carlos, 821

Carapicuíba – SP

06310-160

Telefone: (11) 4181-2232

Fax: (11) 7295-9714

fundorsa@amcham.com.br

www.fundacaoorsa.org.br

Ano de fundação: 1994

Missão

Promover a formação integral da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 3.374.278,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 22%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 53%.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

45 em tempo integral

23 voluntários

Outras atividades

A fundação desenvolve e opera programas e projetos sociais nas áreas de educação, saúde, promoção social, desenvolvimento humano e organizacional e voluntariado.

Fundação Otacílio Coser

Diretora executiva: Maria Bernadette B. Coser de Orem

Endereço: Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 675 – 6º andar – Enseada do Sul
Vitória – ES
29056-900
Telefone: (27) 335-6370
Fax: (27) 335-6400
foco@coimex.com.br
www.grupocoimex.com.br

Ano de fundação: 1999

Missão

Desenvolver ações nas áreas de educação e meio ambiente, promovendo a cidadania e a formação de lideranças.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input checked="" type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input checked="" type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 485.577,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 88%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 6.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Tamanho do fundo patrimonial em 1999

R\$ 160.000,00

Número de funcionários

1 em tempo integral

32 voluntários

Fundação Telefônica

Diretor presidente: Sérgio Mindlin

Endereço: Rua Joaquim Floriano, 1052 – 9º andar – Itaim Bibi

São Paulo – SP

04534-004

Telefone: (11) 3049-1955

Fax: (11) 3049-1950

fundacao@telefonica.org.br

www.fundacaotelefonica.org.br

Ano de fundação: 1999

Missão

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais carentes da sociedade, apoiando as empresas da Telefônica no cumprimento de sua responsabilidade social.

Público-alvo

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input checked="" type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input checked="" type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input checked="" type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 2.324.721,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 88%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 11.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

8 cedidos pela mantenedora

Outras atividades

Opera programas e projetos com foco na aplicação social das tecnologias de telecomunicações e de informação e no fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social

Diretor superintendente: Fernando Silva Alves

Endereço: Avenida Graça Aranha, 26 – 3º andar – Centro
Rio de Janeiro - RJ
20005-900
Telefone: (21) 3814-4572/4137
Fax: (21) 262-0255
fverd@cverd.com.br

Ano de fundação: 1968

Missão

Apoiar ações no campo do desenvolvimento social, em especial no da educação. Para tanto, patrocina e incentiva projetos nos Estados em que a Companhia Vale do Rio Doce atua.

Público-alvo

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input checked="" type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 10.700.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 27%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 59%.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

15 em tempo integral

2 cedidos pela mantenedora

Outras atividades

Em seus programas, a fundação busca aumentar a eficácia das escolas públicas de ensino fundamental nos municípios onde a Companhia Vale do Rio Doce atua.

Fundo Cristão para Crianças

Diretores administrativo-financeiro

e de programas: Manuel de Sousa e Silva
Obebes Barbosa Soares

Endereço: Rua Curitiba, 689 – 6º andar – Centro
Belo Horizonte – MG
30123-970
Telefone: (31) 3271-3115
Fax: (31) 3212-6957
fundo@fcc-brasil.org.br
www.apadrinhamento.org.br

Ano de fundação: 1966

Missão

Assegurar o bem-estar das crianças, suas famílias e comunidades, por meio do apadrinhamento e de programas comunitários centralizados na família.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input checked="" type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 23.436.003,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 91%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.

Principais fontes de recursos

Nacionais (11%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (89%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

43 em tempo integral

Instituto Ayrton Senna

Presidente: Viviane Senna

Endereço: Rua Olavo Egídio, 287 – Santana
São Paulo – SP
02037-000
Telefone: (11) 6950-0440
Fax: (11) 6950-8007
ias@ias.org.br
www.senna.com.br

Ano de fundação: 1994

Missão

Seguindo os ideais e os fundamentos da vida de Ayrton Senna, busca contribuir para a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver plenamente seus potenciais como pessoas e cidadãos.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input checked="" type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 14.337.820,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 53%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 24%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 33.

Principais fontes de recursos

Nacionais (95%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (5%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

25 em tempo integral

3 em tempo parcial

Outras atividades

Opera programas variados que objetivam combater o fracasso escolar, desenvolver o exercício da cidadania, a socialização e o sucesso escolar por meio do esporte, prevenir e combater a desnutrição infantil, desenvolver atividades de ensino profissionalizante, entre outras ações.

Instituto C&A de Desenvolvimento Social

Presidente: Paulo Castro

Endereço: Alameda Araguaia, 1222 – Alphaville

São Paulo – SP

06455-940

Telefone: (11) 4166-9105

Fax: (11) 4166-9524

instituto@ceamodas.com.br

www.ceamodas.com.br

Ano de fundação: 1991

Missão

Participar ativamente do processo de educação de crianças e adolescentes, fortalecendo estrategicamente as organizações sociais parceiras e contribuindo para o desenvolvimento do terceiro setor.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 6.500.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 92,3%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 130.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

8 em tempo integral

1 em tempo parcial

9 voluntários

Outras atividades

Opera programa de voluntariado dos funcionários da empresa mantenedora, engajando-os em ações educativas para crianças e adolescentes e no auxílio ao desenho de técnicas de gestão para organizações da sociedade civil.

Instituto Credicard

Diretora presidente: Marina Foster

Endereço: Avenida Ipiranga, 855 – Centro

São Paulo – SP

01039-000

Telefone: (11) 235-3611/3603

Fax: (11) 235-3620

claudia.aguiar@credicard.com.br

www.credicard.com.br

Ano de fundação: 1993

Missão

Participar da construção da cidadania da infância e da adolescência através do apoio a projetos nas áreas de educação e saúde.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input checked="" type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 1.300.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 100%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 33.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

4 cedidos pela mantenedora

Outras atividades

O instituto acompanha os projetos apoiados e opera um programa de voluntariado dirigido aos funcionários das empresas Credicard e Redecar.

Instituto General Motors

Presidente do conselho: Walter Wieland

Endereço: Avenida Goiás, 1805 – Vila Paula
São Caetano do Sul – SP
09550-900
Telefone: (11) 4234-6415/7115
Fax: (11) 4234-6070
valda.carrara@gm.com
www.gmcenter.com.br

Ano de fundação: 1993

Missão

Resgatar a cidadania de crianças, jovens e adultos de comunidades carentes por meio da educação, proporcionando condições necessárias para o seu desenvolvimento pessoal e sucesso profissional.

Público-alvo

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input checked="" type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input checked="" type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 2.000.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 10%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 85%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 18.

Principais fontes de recursos

Nacionais (%) * Não respondeu

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (%) *Não respondeu

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

- 1 em tempo integral
- 2 em tempo parcial
- 3 cedidos pela mantenedora
- 30 voluntários

Outras atividades

Em seu programa, pretende complementar o ensino formal de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, propiciando as condições necessárias para um bom desempenho escolar.

Instituto Itaú Cultural

Diretor superintendente: Ricardo Ribenboim

Endereço: Avenida Paulista, 149
São Paulo — SP
01311-000
Telefone: (11) 238-1700
Fax: (11) 238-1720
atendimento@itaucultural.org.br
www.itaucultural.org.br

Ano de fundação: 1987

Missão

As ações do Itaú Cultural seguem a missão, a linha mestra desenhada pelo Grupo Itaúsa ao marcar sua presença no campo da cultura e arte brasileiras: a produção e a preservação cultural são fatores decisivos para a emancipação intelectual da população, para o adensamento de seu sistema de valores, para o desenvolvimento de suas práticas políticas e para a própria integração da sociedade.

Público-alvo

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input checked="" type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input checked="" type="checkbox"/> outro(s) Professores da área de cultura |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 13.545.864,05.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 1,34%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 81,8%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 6.

Número de doações destinadas a indivíduos: 15.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

101 em tempo integral

25 em tempo parcial

Outras atividades

O instituto idealiza, produz, divulga e distribui seus produtos e atividades: banco de dados, séries de filmes, vídeos, CDs e CD-ROMs, publicações, cursos, oficinas, congressos, simpósios, seminários, palestras, exposições, mostras, espetáculos cênicos e musicais.

Instituto Ronald McDonald de Apoio à Criança

Secretário executivo: Francisco Carlos Neves

Endereço: Avenida Nilo Peçanha, 50 – Grupo 716 – Centro
Rio de Janeiro – RJ
20044-900
Telefone: (21) 544-3299
Fax: (21) 544-3299
instituto.ronald@uol.com.br

Ano de fundação: 1999

Missão

Proporcionar o tratamento, com dignidade e conforto, às crianças portadoras de câncer no Brasil

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input checked="" type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input checked="" type="checkbox"/> outro(s) Apoio à criança e adolescente com câncer. |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input checked="" type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 4.898.072,60.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 92,2%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 56.

Principais fontes de recursos

Nacionais (99%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (1%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

6 em tempo integral

Outras atividades

O instituto promove e divulga conhecimentos relativos ao câncer infanto-juvenil; incentiva atividades de voluntariado, suporte psicossocial e assistencial das instituições que atendem crianças com câncer, pesquisas e intercâmbio técnico-científico na área de câncer infantil.

Instituto WCF–Brasil

Presidente: Marcos Kisil

Endereço: Rua São Tomé, 119 – Conjunto 42

São Paulo – SP

04551-080

Telefone: (11) 3044-4686

Fax: (11) 3044-4685

wcf@wcf.org.br

www.childhood.org

Ano de fundação: 1999

Missão

Fortalecer o desenvolvimento de crianças e jovens privados de seus direitos fundamentais, prestar serviços para atender às necessidades básicas de tais crianças e jovens, bem como oferecer oportunidades para o desenvolvimento integral das respectivas potencialidades no processo de construção da cidadania.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input checked="" type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input checked="" type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input checked="" type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Porcentagem de recursos destinados a doações: 90%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.

Número de doações concedidas em 2000 para organizações sem fins lucrativos: 121.

Principais fontes de recursos

Nacionais (50%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (50%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

1 em tempo integral

2 em tempo parcial

Instituto Xerox

Diretor: José Pinto Monteiro

Endereço: Avenida Rodrigues Alves, 261 – 5º andar – Cais do Porto

Rio de Janeiro – RJ

20220-360

Telefone: (21) 271-1364

Fax: (21) 271-1445

jose.monteiro@bra.xerox.com

www.xerox.com.br

Ano de fundação: 1996

Missão

Assegurar meios e condições que possibilitem a Xerox do Brasil de exercer em sua plenitude a sua responsabilidade como cidadã corporativa através do desenvolvimento e implantação de projetos nas áreas de educação, cultura, esporte, e, de modo especial, através de atividades que privilegiem comunidades carentes.

Público-alvo

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input type="checkbox"/> outro(s) |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 1.000.000,00.

Porcentagem de recursos destinados a doações: 80%.

Porcentagem de recursos destinados à operação de projetos próprios: 0%.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos: 2.

Principais fontes de recursos

Nacionais (100%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (0%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

4 em tempo integral

2 em tempo parcial

3 cedidos pela mantenedora

Vitae, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social

Diretora executiva: Regina Weinberg

Endereço: Rua Oscar Freire, 379 – 5º andar
São Paulo – SP
01426-001
Telefone: (11) 3061-5299
Fax: (11) 3083-6361
vitae@dialdata.com.br
www.vitae.org.br

Ano de fundação: 1985

Missão

Apoiar projetos nas áreas de cultura, educação e promoção social com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Público-alvo

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> crianças | <input type="checkbox"/> negros |
| <input checked="" type="checkbox"/> jovens | <input checked="" type="checkbox"/> portadores de deficiência física/mental |
| <input type="checkbox"/> terceira idade | <input type="checkbox"/> outras organizações |
| <input type="checkbox"/> mulheres | <input checked="" type="checkbox"/> comunidade/população em geral |
| <input type="checkbox"/> trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor | <input checked="" type="checkbox"/> outro(s) Criadores e pesquisadores em vários campos das artes |
| <input type="checkbox"/> trabalhador rural e/ou pequeno agricultor | |

Áreas de doação

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> educação e treinamento | <input type="checkbox"/> pesquisa |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento/fortalecimento institucional | <input type="checkbox"/> publicações e informações públicas |
| <input type="checkbox"/> meio ambiente | <input checked="" type="checkbox"/> arte, cultura e recreação |
| <input type="checkbox"/> saúde pública | <input type="checkbox"/> fortalecimento da filantropia e voluntariado |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento comunitário | <input type="checkbox"/> serviços sociais |
| <input type="checkbox"/> microcrédito | <input type="checkbox"/> direitos humanos |
| <input type="checkbox"/> ajuda em emergências e desastres | <input type="checkbox"/> serviços legais |
| <input type="checkbox"/> advocacy – mobilização política | <input checked="" type="checkbox"/> outra(s) |

Montante de recursos utilizados em 1999: R\$ 9.390.822,00.

Número de doações concedidas em 1999 para organizações sem fins lucrativos e indivíduos: 284.

Principais fontes de recursos

Nacionais (0%)

- receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas
- contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil
- doações de indivíduos no país
- retorno financeiro sobre patrimônio próprio
- contratos/repases do governo (federal, estadual ou municipal)
- doações de outras organizações do terceiro setor
- outra(s)

Internacionais (100%)

- agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
- contribuições de empresas no exterior
- doações de indivíduos no exterior
- doações de fundações internacionais
- doações de ONGs internacionais
- outra(s)

Número de funcionários

23 em tempo integral

ANEXO 1

TABELAS COMPLEMENTARES

Perfil das organizações

Classificação

	nº	%
Empresariais	19	61,3
Não-empresariais	12	38,7
Total	31	100

	nº	%
Grantmakers	20	64,5
Marginalmente grantmakers	11	35,5
Total	31	100

Ano de fundação

Ano de fundação	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Década de 90	15	48,4	11	57,9	4	33,3	10	50,0	5	45,5
Década de 80	5	16,1	4	21,1	1	8,3	2	10,0	3	27,3
Década de 70	2	6,5	1	5,0	1	8,3	1	5,0	1	9,1
Década de 60	7	22,6	3	15,8	4	33,3	5	25,0	2	18,2
Até 1959	2	6,5	0	0,0	2	16,7	2	10,0	0	0,0
Total	31	100,0	19	100,0	12	100,0	20	100,0	11	100,0

Grupo que fundou a organização

	nº	%
Empresa(s)	19	61,3
Indivíduo(s) ou família(s)	6	19,4
Sociedade civil/ONGs	6	19,4
Entidade(s) ou líder(es) religioso(s)	4	12,9
Órgão(s) governamental(is)	0	0,0

Obs.: O total soma mais de 100% por serem permitidas múltiplas respostas à mesma pergunta.

Recursos humanos

Média do número de funcionários	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº		nº		nº		nº		nº	
Em tempo integral	33,0		30,4		37,5		32,8		33,4	
Em tempo parcial	10,9		3,8		23,1		14,1		5,3	
Cedidos pela mantenedora	1,9		2,9		0,0		1,3		2,8	
Voluntários	9,2		8,0		11,3		11,7		4,8	

Doação*Solicitações e aprovações de doações*

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Solicitações recebidas	13.933	–	7.635	–	6.298	–	9.403	–	4.530	–
Total de doações aprovadas	2.548	18,3	485	6,4	2.063	32,8	2.175	23,1	373	8,2
Doações dirigidas a ONGs/ Terceiro setor	2.344	92,0	451	93,0	1.893	91,8	1.986	91,3	358	96,0
Doações dirigidas a indivíduos	34	1,3	34	7,0	0	0,0	19	0,9	15	4,0
Doações dirigidas a outros*	170	6,7	0	0,0	170	8,2	170	7,8	0	0,0

*Obs.: Cooperativas.

Anexo 1 – Tabelas complementares

Valores das doações

	Todas	Empresariais	Não-empresariais	Grantmakers	Marginalmente grantmakers
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Menor doação	30	40	30	30	40
Mediana da menor doação	3.125	4.350	700	3.125	5.500
Maior doação	22.538.529	3.079.908	22.538.529	22.538.529	641.772
Mediana da maior doação	50.000	65.852	40.000	79.352	37.436

Populações-alvo beneficiadas

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Jovens	27	87,1	16	84,2	11	91,7	16	80,0	11	100,0
Crianças	26	83,9	15	78,9	11	91,7	16	80,0	10	90,9
Comunidade/ População em geral	14	45,2	10	52,6	4	33,3	9	45,0	5	45,5
Portadores de deficiência física/mental	9	29,0	5	26,3	4	33,3	6	30,0	3	27,3
Terceira idade	6	19,4	3	15,8	3	25,0	4	20,0	2	18,2
Mulheres	6	19,4	1	5,3	5	41,7	4	20,0	2	18,2
Trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor	6	19,4	2	10,5	4	33,3	4	20,0	2	18,2
Trabalhador rural e/ou pequeno agricultor	5	16,1	1	5,3	4	33,3	4	20,0	1	9,1
Outras organizações	5	16,1	2	10,5	3	25,0	3	15,0	2	18,2
Outras	5	16,1	3	15,8	2	16,7	4	20,0	1	9,1
Negros	3	9,7	0	0,0	3	25,0	2	10,0	1	9,1

Áreas de doação

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Educação e treinamento	25	80,6	14	73,7	11	91,7	16	80,0	9	81,8
Desenvolvimento comunitário	13	41,9	6	31,6	7	58,3	8	40,0	5	45,5
Arte, cultura e recreação	13	41,9	9	47,4	4	33,3	6	30,0	7	63,6
Serviços sociais	12	38,7	6	31,6	6	50,0	8	40,0	4	36,4
Desenvolvimento/ fortalecimento institucional	11	35,5	4	21,1	7	58,3	8	40,0	3	27,3
Meio ambiente	8	25,8	3	15,8	5	41,7	4	20,0	4	36,4
Saúde pública	8	25,8	4	21,1	4	33,3	6	30,0	2	18,2
Publicações e informações públicas	7	22,6	2	10,5	5	41,7	3	15,0	4	36,4
Fortalecimento da filantropia e voluntariado	7	22,6	4	21,1	3	25,0	5	25,0	2	18,2
Direitos humanos	7	22,6	1	5,3	6	50,0	4	20,0	3	27,3
Advocacy – mobilização política e lobby	5	16,1	2	10,5	3	25,0	4	20,0	1	9,1
Outras	4	12,9	2	10,5	2	16,7	4	20,0	0	0,0
Pesquisa	3	9,7	2	10,5	1	8,3	2	10,0	1	9,1
Serviços legais	3	9,7	1	5,3	2	16,7	0	0,0	3	27,3
Microcrédito	2	6,5	1	5,3	1	8,3	1	5,0	1	9,1
Ajuda em emergência e desastres	2	6,5	0	0,0	2	16,7	1	5,0	1	9,1

Informações

Forma de divulgação

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Relatórios institucionais	20	64,5	13	68,4	7	58,3	12	60,0	8	72,7
Internet/website da organização	17	54,8	10	52,6	7	58,3	13	65,0	4	36,4
Publicações próprias	16	51,6	8	42,1	8	66,7	12	60,0	4	36,4
Divulgação em jornais e revistas	16	51,6	10	52,6	6	50,0	12	60,0	4	36,4
Outras	8	25,8	3	15,8	5	41,7	7	35,0	1	9,1
Cartazes/pôsteres	6	19,4	4	21,1	2	16,7	4	20,0	2	18,2

Transparência

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Publica relatórios de atividades	25	80,6	15	78,9	10	83,3	15	75,0	10	90,9
Publica diretriz para solicitações de doações	10	32,3	5	26,3	5	41,7	7	35,0	3	27,3
Possui demonstrações financeiras auditadas	23	74,2	15	78,9	8	66,7	12	60,0	11	100,0

Parcerias

Faz parcerias com outras organizações

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Faz parcerias com outras instituições	30	96,8	11	91,7	19	95,0	11	100,0	19	100,0

Tipos de organizações parceiras

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
ONG	30	96,8	18	94,7	12	100,0	19	95,0	11	100,0
Administração pública	19	61,3	14	73,7	5	41,7	10	50,0	9	81,8
Fundação empresarial	15	48,4	8	42,1	7	58,3	9	45,0	6	54,5
Associação comunitária/popular	14	45,2	8	42,1	6	50,0	7	35,0	7	63,6
Empresa privada	11	35,5	7	36,8	4	33,3	4	20,0	7	63,6
Multilateral/agência de desenvolvimento	9	29,0	4	21,1	5	41,7	5	25,0	4	36,4
Sindicato/federação/entidade classista de trabalhadores	8	25,8	3	15,8	5	41,7	4	20,0	4	36,4
Igreja/entidade eclesíástica	7	22,6	1	5,3	6	50,0	5	25,0	2	18,2
Cooperativa	4	12,9	1	5,3	3	25,0	3	15,0	1	9,1
Outros	3	9,7	2	10,5	1	8,3	1	5,0	2	18,2
Federação/sindicato patronal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Projetos e programas próprios

Opera instituições, projetos ou programas próprios

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Instituições próprias	4	12,9	4	21,1	0	0,0	3	15,0	1	9,1
Projetos e programas próprios	24	77,4	15	78,9	9	75,0	13	65,0	11	100,0

Populações-alvo beneficiadas

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Jovens	27	87,1	18	94,7	9	75,0	16	80,0	11	100,0
Crianças	25	80,6	16	84,2	9	75,0	15	75,0	10	90,9
Comunidade/ população em geral	14	45,2	10	52,6	4	33,3	6	30,0	8	72,7
Portadores de deficiência física/mental	7	22,6	4	21,1	3	25,0	5	25,0	2	18,2
Outras organizações	7	22,6	2	10,5	5	41,7	3	15,0	4	36,4
Terceira idade	6	19,4	3	15,8	3	25,0	5	25,0	1	9,1
Mulheres	6	19,4	1	5,3	5	41,7	4	20,0	2	18,2
Trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor	6	19,4	2	10,5	4	33,3	4	20,0	2	18,2
Trabalhador rural e/ou pequeno agricultor	5	16,1	1	5,3	4	33,3	4	20,0	1	9,1
Negros	5	16,1	2	10,5	3	25,0	2	10,0	3	27,3
Outras	4	12,9	2	10,5	2	16,7	3	15,0	1	9,1

Áreas de atuação

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
Educação e treinamento	25	89,3	16	88,9	9	90,0	16	88,9	9	90,0
Desenvolvimento/ fortalecimento institucional	20	71,4	11	61,1	9	90,0	13	72,2	7	70,0
Desenvolvimento comunitário	15	53,6	8	44,4	7	70,0	10	55,6	5	50,0
Arte, cultura e recreação	15	53,6	11	61,1	4	40,0	7	38,9	8	80,0
Fortalecimento da filantropia e voluntariado	14	50,0	8	44,4	6	60,0	10	55,6	4	40,0
Publicações e informações públicas	12	42,9	6	33,3	6	60,0	7	38,9	5	50,0
Meio ambiente	10	35,7	8	44,4	2	20,0	4	22,2	6	60,0
Serviços sociais	9	32,1	5	27,8	4	40,0	7	38,9	2	20,0
Direitos humanos	9	32,1	3	16,7	6	60,0	4	22,2	5	50,0
Pesquisa	7	25,0	4	22,2	3	30,0	4	22,2	3	30,0
Saúde pública	6	21,4	3	16,7	3	30,0	4	22,2	2	20,0
Ajuda em emergência e desastres	6	21,4	2	11,1	4	40,0	3	16,7	3	30,0
Advocacy – mobilização política e lobby	5	17,9	1	5,6	4	40,0	3	16,7	2	20,0
Outras	3	10,7	2	11,1	1	10,0	2	11,1	1	10,0
Microcrédito	1	3,6	0	0,0	1	10,0	1	5,6	0	0,0
Serviços legais	1	3,6	1	5,6	0	0,0	1	5,6	0	0,0

Ativos que geram rendimentos

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
Possui ativos que geram rendimentos	10	32,3	6	31,6	4	33,3	7	35,0	3	30,0
Fundo patrimonial	5	16,1	3	15,8	2	16,7	3	15,0	2	18,2
Participação em empresas	1	3,2	1	5,3	0	0,0	1	5,0	0	0,0
Imóveis/terrenos	5	16,1	2	10,5	3	25,0	4	20,0	1	9,1
Outros	1	3,2	0	0,0	1	8,3	1	5,0	0	0,0

Fundos patrimoniais

	Todas	Empresariais	Não-empresariais	Grantmakers	Marginalmente grantmakers
Montante dos fundos patrimoniais	R\$ 6.319.998	R\$ 3.091.346	R\$ 3.228.652	R\$ 5.319.998	R\$ 1.000.000

Fontes de recursos

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Total de rendimentos	232.525.020	100,0	103.866.064	100,0	128.658.957	100,0	175.875.505	100,0	56.649.516	100,0
Fontes nacionais	160.119.100	68,9	103.149.575	99,3	56.969.525	44,3	110.985.393	63,1	49.133.707	86,7
Receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas	13.570.594	5,8	829.296	0,8	12.741.299	9,9	13.326.959	7,6	243.635	0,4
Contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil	103.198.568	44,4	92.249.038	88,8	10.949.531	8,5	59.916.089	34,1	43.282.479	76,4
Doações de indivíduos no país	7.564.521	3,3	1.411.588	1,4	6.152.932	4,8	4.605.250	2,6	2.959.270	5,2
Retorno financeiro sobre patrimônio próprio	9.284.846	4,0	3.594.180	3,5	5.690.666	4,4	9.164.300	5,2	120.546	0,2
Recursos provenientes de contratos/repasses do governo	17.432.099	7,5	1.379.118	1,3	16.052.981	12,5	16.027.608	9,1	1.404.491	2,5
Doações de outras organizações do terceiro setor/ ONGs	1.952.585	0,8	1.668.450	1,6	284.134	0,2	1.533.479	0,9	419.106	0,7
Outras	7.115.888	3,1	2.017.905	1,9	5.097.982	4,0	6.411.708	3,6	704.180	1,2

Internacionais	72.405.920	31,1	716.489	0,7	71.689.431	55,7	64.890.112	36,9	7.515.808	13,3
Agências internacionais de desenvolvimento	25.014.544	10,8	0	0,0	25.014.544	19,4	25.014.544	14,2	0	0,0
Contribuições de empresas no exterior	925.800	0,4	0	0,0	925.800	0,7	925.800	0,5	0	0,0
Doações de indivíduos no exterior	23.338.728	10,0	0	0,0	23.338.728	18,1	23.338.728	13,3	0	0,0
Doações de fundações internacionais	11.291.048	4,9	668.977	0,6	10.622.071	8,3	9.909.692	5,6	1.381.356	2,4
Doações de ONGs internacionais	11.835.800	5,1	47.511	0,0	11.788.288	9,2	5.701.348	3,2	6.134.452	10,8

Utilização dos recursos

	Todas		Empresariais		Não-empresariais		Grantmakers		Marginalmente grantmakers	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Montante das despesas	220.727.139	100,0	101.403.770	100,0	119.323.369	100,0	163.220.090	100,0	56.968.952	100,0
Doações	120.395.143	54,5	30.396.330	30,0	89.998.813	75,4	109.967.720	67,4	10.427.423	18,3
Empréstimos	58.712	0,0	58.712	0,1	-	0,0	-	0,0	58.712	0,1
Projetos/programas próprios	59.053.639	26,8	42.210.164	41,6	16.843.475	14,1	22.503.731	13,8	36.549.908	64,2
Custos administrativos	34.224.290	15,5	23.774.044	23,4	10.450.246	8,8	25.612.536	15,7	8.379.281	14,7
Outras	6.995.355	3,2	4.964.522	4,9	2.030.834	1,7	5.136.103	3,1	1.553.627	2,7

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Recursos privados para fins públicos: As grantmakers brasileiras

Este é o questionário da pesquisa “Recursos privados para fins públicos: As grantmakers brasileiras”, promovido pelo *GIFE* e pelo *Synergos Institute*. Este estudo visa retratar um dos componentes mais importantes do terceiro setor: as instituições privadas sem fins lucrativos que canalizam recursos para outras instituições sociais. Essas organizações são conhecidas, fora do país, como *grantmakers* – doadoras – e se diferenciam das instituições puramente operadoras de projetos e programas. No Brasil, esse subsetor inclui fundações e institutos empresariais, fundações privadas e outras entidades sem fins lucrativos que não são exclusivamente operadoras de projetos e programas, mas também financiam outras instituições de interesse social.

As instituições que participam deste estudo devem necessariamente ser:

1. privadas, não-governamentais;
2. sem fins lucrativos;
3. autônomas, mesmo que instituídas por empresas ou órgãos de governo;
4. *grantmakers* – doadoras ou canalizadoras de recursos para organizações do terceiro setor, mesmo que também operem seus próprios programas ou projetos.

Alguns dados sobre a sua organização já podem estar preenchidos.
Por favor, corrija os dados que estiverem incorretos.

A. Informações gerais		
(A1)	Nome da organização:	
(A2)	Principal executivo:	
(A3)	Cargo:	
(A4)	Presidente do Conselho:	
(A5a)	Endereço:	
(A5b)	Cidade:	(A5c) UF: (A5d) CEP:
(A6)	Telefones:	(A7) Fax:
(A8)	E-mail:	(A9) Website:
(A10)	Nome dos entrevistados:	
(A11)	Cargo:	

B. Origem	
(B1)	Ano de fundação da organização:
(B2)	Grupo que fundou a organização: (assinale todas as que se aplicarem)
(B2a)	<input type="checkbox"/> Sociedade civil/ONGs (B2d) <input type="checkbox"/> Órgão(s) governamenta(is)
(B2b)	<input type="checkbox"/> Indivíduo(s) ou família(s) (B2e) <input type="checkbox"/> Entidade(s) ou líder(es) religioso(s)
(B2c)	<input type="checkbox"/> Empresa(s) (B2f) <input type="checkbox"/> Outro (B2g) Especifique:

C. Missão e tipos de atividades	
(C1)	Missão oficial da organização:

[C2]	Sua organização realiza alguma das seguintes atividades? (assinale todas as que se aplicarem)	
	Oferece doações em dinheiro para: Oferece crédito/empréstimos para:	
	(C2a) <input type="checkbox"/> Org. sem fins lucrativos/ do terceiro setor (C2b) <input type="checkbox"/> Indivíduos (incluindo bolsas) (C2c) <input type="checkbox"/> Outros (C2d) Especifique: _____	(C2e) <input type="checkbox"/> Org. sem fins lucrativos/ do terceiro setor (C2f) <input type="checkbox"/> Indivíduos (C2g) <input type="checkbox"/> Outros (C2h) Especifique: _____ _____
[C3]	Conceder <u>doações em dinheiro</u> e/ou <u>bolsas</u> está entre as finalidades principais de sua organização? (0) <input type="checkbox"/> Não (1) <input type="checkbox"/> Sim	
[C4]	Conceder <u>crédito/empréstimos em bases não-comerciais</u> está entre as finalidades principais de sua organização? (0) <input type="checkbox"/> Não (1) <input type="checkbox"/> Sim	
[C5]	(C5a) Sua organização opera projetos ou programas próprios? (0) <input type="checkbox"/> Não (1) <input type="checkbox"/> Sim (C5b) Em caso afirmativo, descreva-os brevemente: (cite objetivo, população-alvo, tipo de atividade etc.)	
[C6]	(C6a) Opera instituições próprias (como escolas ou creches)? (0) <input type="checkbox"/> Não (1) <input type="checkbox"/> Sim (C6b) Em caso afirmativo, descreva essas instituições:	
[C7]	(C7a) Faz parceria com outras instituições? (0) <input type="checkbox"/> Não (1) <input type="checkbox"/> Sim (entende-se por parceria a relação entre uma ou mais organizações que não se limita apenas ao repasse financeiro) (C7b) Em caso afirmativo, descreva essas parcerias:	

[C8]	Principais tipos de organizações parceiras (assinale todas as que se aplicarem)	
	(C8a) <input type="checkbox"/> Fundação empresarial (C8b) <input type="checkbox"/> ONG (C8c) <input type="checkbox"/> Associação comunitária/popular (C8d) <input type="checkbox"/> Cooperativa (C8e) <input type="checkbox"/> Administração pública (C8f) <input type="checkbox"/> Multilateral/Agência de desenvolvimento	(C8g) <input type="checkbox"/> Igreja/Entidade eclesíastica (C8h) <input type="checkbox"/> Empresa privada (C8i) <input type="checkbox"/> Sindicato/Federação/Entidade classista de trabalhadores (C8j) <input type="checkbox"/> Federação/Sindicato patronal (C8k) <input type="checkbox"/> Outros (C8l) Especifique: _____ _____
[C9]	Sobre os projetos/programas e instituições operadas pela organização: Indique as populações-alvo: (assinale todas as que se aplicarem)	
	(C9a) <input type="checkbox"/> Crianças (C9b) <input type="checkbox"/> Jovens (C9c) <input type="checkbox"/> Terceira idade (C9d) <input type="checkbox"/> Mulheres (C9e) <input type="checkbox"/> Trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor (C9f) <input type="checkbox"/> Trabalhador rural e/ou pequeno agricultor	(C9g) <input type="checkbox"/> Negros (C9h) <input type="checkbox"/> Portadores de deficiência física/mental (C9i) <input type="checkbox"/> Outras organizações (C9j) <input type="checkbox"/> Comunidade/População em geral (C9k) <input type="checkbox"/> Outros (C9l) Especifique: _____ _____ _____
[C10]	Áreas de atuação: (assinale todas as que se aplicarem)	
[C10]	(C10a) <input type="checkbox"/> Educação e treinamento (C10b) <input type="checkbox"/> Desenvolvimento/ Fortalecimento institucional (C10c) <input type="checkbox"/> Meio ambiente (C10d) <input type="checkbox"/> Saúde pública (C10e) <input type="checkbox"/> Desenvolvimento comunitário (C10f) <input type="checkbox"/> Microcrédito (C10g) <input type="checkbox"/> Ajuda em emergência e desastres (C10h) <input type="checkbox"/> Advocacy – mobilização política e lobby	(C10i) <input type="checkbox"/> Pesquisa (C10j) <input type="checkbox"/> Publicações e informações públicas (C10k) <input type="checkbox"/> Arte, cultura e recreação (C10l) <input type="checkbox"/> Fortalecimento da filantropia e voluntariado (C10m) <input type="checkbox"/> Serviços sociais (C10n) <input type="checkbox"/> Direitos humanos (C10o) <input type="checkbox"/> Serviços legais (C10p) <input type="checkbox"/> Outras (C10q) Especifique: _____ _____

D. Despesas e doações	
[D1]	<p>Qual o montante das despesas operacionais totais da sua organização no ano de 1999? (em reais) (caso não possua dados de 1999, indique o ano dos valores informados. (D1a) 199____)</p> <p>(D1b) R\$ _____.</p>
[D2]	<p>Qual a porcentagem estimada das despesas operacionais no ano de 1999 dirigidas a: (caso não possua dados de 1999, indique o ano. (D2a) 199____)</p> <p>(D2b) _____% Doações em dinheiro para outras organizações/indivíduos</p> <p>(D2c) _____% Empréstimos para outras organizações/indivíduos</p> <p>(D2d) _____% Ações/projetos/programas/instituições operados pela própria organização</p> <p>(D2e) _____% Custos administrativos</p> <p>(D2f) _____% Outros. (D2g) Especifique: _____</p> <p>100% Total</p>
[D3]	<p>Qual a porcentagem estimada das <u>doações em dinheiro</u> no ano de 1999 dirigidas a: (caso não possua dados de 1999, indique o ano. (D3a) 199____)</p> <p>(D3b) _____% Organizações sem fins lucrativos/do terceiro setor</p> <p>(D3c) _____% Indivíduos</p> <p>(D3d) _____% Outros (D3e). Especifique: _____</p> <p>100% Total</p>
[D4]	<p>Qual a porcentagem estimada dos <u>empréstimos/créditos</u> no ano de 1999 dirigidos a: (caso não possua dados de 1999, indique o ano. (D4a) 199____)</p> <p>(D4b) _____% Organizações sem fins lucrativos/do terceiro setor</p> <p>(D4c) _____% Indivíduos</p> <p>(D4d) _____% Outros (D4e) Especifique: _____</p> <p>100% Total</p>
[D5]	<p>Qual foi a faixa de valores das doações? (caso não possua dados de 1999, indique o ano. (D5a) 199____)</p> <p>(D5b) Menor doação: R\$ _____</p> <p>(D5c) Maior doação: R\$ _____</p>

[D6]	<p>Qual foi a faixa de valores dos empréstimos/créditos? (caso não possua dados de 1999, indique o ano (D6a) 199___)</p> <p>(D6b) Menor empréstimo/crédito: R\$ _____</p> <p>(D6c) Menor empréstimo/crédito: R\$ _____</p>
[D7]	<p>Qual foi o número de doações para</p> <p>(D7a) _____ Orgs. sem fins lucrativos/do terceiro setor</p> <p>(D7b) _____ Indivíduos</p> <p>(D7c) _____ Outros (D7d) Especifique: _____</p>
[D8]	<p>Qual foi o número de empréstimos concedidos para</p> <p>(D8a) _____ Orgs. sem fins lucrativos/do terceiro setor</p> <p>(D8b) _____ Indivíduos</p> <p>(D8c) _____ Outros (D8d) Especifique: _____</p>
[D9]	<p>Quantas solicitações sua organização recebeu no ano de 1999? (D9a) _____</p> <p>(caso não possua dados de 1999, indique o ano (D9b) 199___)</p>
[D10]	<p>Que porcentagem destas solicitações foi aprovada? (D10a) Especifique: _____ %</p> <p>(caso não possua dados de 1999, indique o ano (D10b) 199___)</p>

E. Áreas de doação

	<p>Quais são as principais áreas de doação da sua organização? (assinale todas as que se aplicarem)</p>	
[E1]	<p>(E1a) <input type="checkbox"/> Educação e treinamento</p> <p>(E1b) <input type="checkbox"/> Desenvolvimento/ fortalecimento institucional</p> <p>(E1c) <input type="checkbox"/> Meio ambiente</p> <p>(E1d) <input type="checkbox"/> Saúde pública</p> <p>(E1e) <input type="checkbox"/> Desenvolvimento comunitário</p> <p>(E1f) <input type="checkbox"/> Microcrédito</p> <p>(E1g) <input type="checkbox"/> Ajuda em emergência e desastres</p> <p>(E1h) <input type="checkbox"/> <i>Advocacy</i> – mobilização política e lobby</p>	<p>(E1i) <input type="checkbox"/> Pesquisa</p> <p>(E1j) <input type="checkbox"/> Publicações e informações públicas</p> <p>(E1k) <input type="checkbox"/> Arte, cultura e recreação</p> <p>(E1l) <input type="checkbox"/> Fortalecimento da filantropia e voluntariado</p> <p>(E1m) <input type="checkbox"/> Serviços sociais</p> <p>(E1n) <input type="checkbox"/> Direitos humanos</p> <p>(E1o) <input type="checkbox"/> Serviços legais</p> <p>(E1p) <input type="checkbox"/> Outras (E1q) Especifique: _____</p>

[E2]	Indique as populações-alvo beneficiadas pelos projetos para os quais sua organização doa: (assinale todas as que se aplicarem)	
(E2a)	<input type="checkbox"/> Crianças	(E2g) <input type="checkbox"/> Negros
(E2b)	<input type="checkbox"/> Jovens	(E2h) <input type="checkbox"/> Portadores de deficiência física/mental
(E2c)	<input type="checkbox"/> Terceira idade	(E2i) <input type="checkbox"/> Outras organizações
(E2d)	<input type="checkbox"/> Mulheres	(E2j) <input type="checkbox"/> Comunidade/População em geral
(E2e)	<input type="checkbox"/> Trabalhador urbano e/ou pequeno empreendedor	(E2k) <input type="checkbox"/> Outros (E2l) Especifique: _____ _____
(E2f)	<input type="checkbox"/> Trabalhador rural e/ou pequeno agricultor	_____ _____

[E3]	De que maneira a organização torna público que concede doações a organizações do terceiro setor e/ou a indivíduos?	
(E3a)	<input type="checkbox"/> Divulgação em jornais e revistas	(E3d) <input type="checkbox"/> Relatórios institucionais (ex: Relatório anual)
(E3b)	<input type="checkbox"/> Internet/Website da organização	(E3e) <input type="checkbox"/> Publicações próprias (<i>newsletter</i> , mala direta...)
(E3c)	<input type="checkbox"/> Cartazes/Pôsteres	(E3f) <input type="checkbox"/> Outros (E3g) Especifique: _____

F. Rendimentos e fontes de recursos

[F1]	Qual foi o total de rendimentos (receita bruta) da sua organização no ano fiscal de 1999? (em reais) (caso não possua dados de 1999, indique o ano (F1a) 199____). (F1b) R\$ _____.
[F2]	Que porcentagem estimada de recursos da organização advém de: Fontes nacionais (F2a) _____% Receitas próprias da venda de serviços/mensalidades/taxas (F2b) _____% Contribuições de empresas nacionais e multinacionais no Brasil (F2c) _____% Doações de indivíduos no país (F2d) _____% Retorno financeiro sobre patrimônio próprio (F2e) _____% Recursos provenientes de contratos/repasses do governo (federal, estadual ou municipal) (F2f) _____% Doações de outras organizações do terceiro setor/ONGs (F2g) _____% Outras (F2h) Especifique: _____

Fontes internacionais	
(F2i) _____%	Agências internacionais de desenvolvimento (governamentais e multilaterais)
(F2j) _____%	Contribuições de empresas no exterior
(F2k) _____%	Doações de indivíduos no exterior
(F2l) _____%	Doações de fundações internacionais
(F2m) _____%	Doações de ONGs internacionais
(F2n) _____%	Outras (F2o) Especifique: _____.
100%	Total
(F3)	A sua organização possui ativos que geram rendimentos? (0) <input type="checkbox"/> Não (1) <input type="checkbox"/> Sim
(F4)	Se sim, assinale os principais tipos de ativos abaixo:
(F4a) <input type="checkbox"/>	Fundo patrimonial
(F4c) <input type="checkbox"/>	Imóveis/Terrenos
(F4b) <input type="checkbox"/>	Participação em empresas/negócios
(F4d) <input type="checkbox"/>	Outros (F4e) Especifique: _____.
(F5)	Caso a organização possua fundo patrimonial/ <i>endowment</i> , qual o seu valor em dez./1999? (caso não possua dados de 1999, indique mês e ano (F5a) _____, 199__) (F5b) R\$ _____.

G. Divulgação de informações

(G1)	Sua organização publica relatórios de atividades? (ex.: anual, semestral etc.)
(0) <input type="checkbox"/>	Não (1) <input type="checkbox"/> Sim
	(se possível, anexe-os ao questionário)
(G2)	Se sim, com que frequência? _____
(G3)	Estão disponíveis ao público? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
(G4)	Sua organização publica diretrizes para solicitações de doações pelos possíveis interessados?
(0) <input type="checkbox"/>	Não (1) <input type="checkbox"/> Sim
	(se possível, anexe-as ao questionário)
(G5)	Sua organização possui demonstrações financeiras auditadas? (0) <input type="checkbox"/> Não (1) <input type="checkbox"/> Sim

H. Recursos humanos	
(H1)	Quantos funcionários em tempo integral sua organização possui? _____
(H2)	Quantos funcionários em tempo parcial? _____
(H3)	Quantos funcionários cedidos pela organização mantenedora? _____
(H4)	Quantos voluntários sua organização possui? _____

Se quiser, anexe outros materiais que julgar necessários para melhor compreensão da atuação de sua organização.

(I1)	Outros comentários/informações sobre a organização:
------	---

(J1a) Data da entrevista: ____ / ____ / ____

(J1b) Nome do entrevistador: _____

Sobre os autores

Andres Pablo Falconer é mestre e graduado em administração pela Universidade de São Paulo, com especialização em organizações sem fins lucrativos pelo Johns Hopkins Center for Civil Society Studies. É coordenador executivo da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Liderança (ABDL) e diretor nacional do programa LEAD (Leadership for Environment and Development). Atuou como gerente de projetos do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) e foi coordenador e pesquisador do Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor da USP (Ceats-USP). Entre outras publicações, é co-autor de *Atuação social e voluntariado: Estratégias de empresas no Brasil*, publicada pelo GIFE em parceria com o Ceats-USP, Senac-SP, Ciee e Comunidade Solidária. É membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e da Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action (Arnova).

Roberto Vilela é graduado em administração pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador do Ceats-USP, tendo participado de pesquisa sobre Selos Sociais no Combate ao Trabalho Infantil realizada para a Organização Internacional do Trabalho e de projeto de criação de rede de organizações na Amazônia Legal. Atuou também na Incubadora de Cooperativas da USP e no projeto Sampa.org, do Instituto Florestan Fernandes. Atualmente é assistente da Gerência de Mobilização Social da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.



IGIFE
GRUPO DE
INSTITUTOS
FUNDAÇÕES
E EMPRESAS

Informações: Centro de Referência Patricia Bildner – GIFE
Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1666 – 9º andar
Vila Olímpia – São Paulo – SP – CEP 04548-005
Tel.: (55 11) 3849 2022, ramal 33/34
crpb@gife.org.br
www.gife.org.br